

BRACARA AUGUSTA



Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana

Maria Manuela MARTINS¹

I. Introdução

Escassamente referida das fontes literárias, com excepção de Plínio, que a refere como *oppidum peregrino* e de Ausónio, que a apelida de *dives Bracara*, pouco se conhecia, até há poucos anos, da cidade romana de *Bracara Augusta*, que foi sede de convento jurídico, capital da província da Galécia, a partir de Diocleciano e, mais tarde, capital do reino suevo. E, no entanto, um cronista árabe que acompanhou Almansor, no séc. VIII, refere a cidade ainda com as suas muralhas, tão imponente e monumental como Mérida.

A perda de memória relativa à cidade romana e aos seus edifícios deverá ter ocorrido entre os sécs. IX e XI, devido a uma forte retracção do núcleo urbano, relativamente à anterior *urbs* romana, cuja área fortificada no Baixo Império possuía cerca de 48 ha (Martins e Delgado 1989-90). De facto, a Braga medieval nada mais era do que um pequeno núcleo habitacional, centrado em torno da catedral, sagrada em 1089, que ocupava apenas o quadrante nordeste da anterior cidade romana. Lentamente, parte da cidade romana será abandonada, talvez posteriormente ao séc. VIII, passando as ruínas dos seus edifícios públicos e privados a servir de pedra da pequena Braga medievá, enquanto os seus terrenos se convertiam, aos poucos, em campos de cultivo.

Foi no Renascimento que se iniciou o longo processo de redescoberta de *Bracara Augusta*. A partir de então, recolheram-se inscrições, descreveram-se alguns monumentos, ainda pontualmente visíveis e

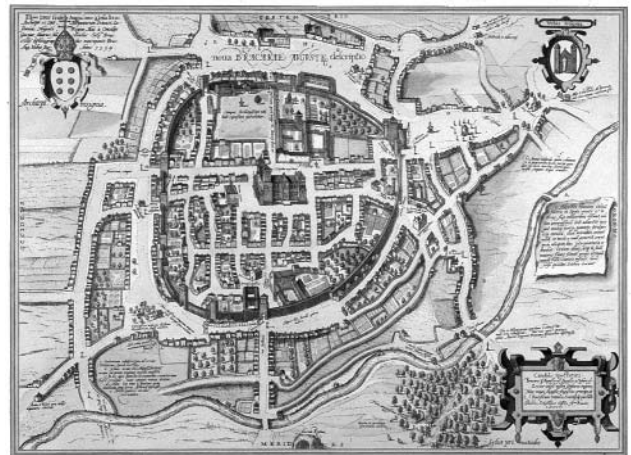


Fig. 1. Gravura de Braga de 1594, pertencente à obra *Civitates Orbi Terrarum* de Georgio Braunio).

escreveram-se as primeiras sínteses históricas sobre as origens romanas de Braga, redigidas pelos antiquaristas dos sécs. XVII e XVIII (Cunha 1643; Argote 1728; 1732-34) (Fig. 1).

A tímida expansão da Braga moderna durante o séc. XIX e a primeira metade do séc. XX não permitiu acrescentar grandes conhecimentos aos relatos dos eruditos bracarenses baseados nas escassas fontes literárias disponíveis, na colecção epigráfica, entretanto reunida ao longo dos séculos e nalguns vestígios ainda visíveis de construções, como a muralha, ou o anfiteatro. De facto, só a partir dos anos 60 e 70 do séc. XX, com o avanço da urbanização sobre os terrenos onde se encontrava sepultada grande parte da cidade romana se iniciou um processo de descoberta e, simultaneamente

¹ Professora catedrática da Universidade do Minho; Presidente da Unidade de Arqueologia; responsável pelo Projecto de Bracara Augusta

BRACARA AUGUSTA

te, de destruição de amplas áreas de *Bracara Augusta*, que se conservavam nas grandes quintas envolventes da cidade.

Em meados dos anos 70 foi possível parar a destruição sistemática dos terrenos arqueológicos onde jaziam as ruínas da Braga romana, iniciando-se, em 1976, um processo de intervenção arqueológica sistemática, do qual resultou uma notável acumulação de evidências arqueológicas que tornaram possível (re)descobrir, de facto, *Bracara Augusta*.

Assim, o conhecimento que possuímos hoje desta importante cidade romana é sobretudo devedor das numerosas escavações realizadas ao longo dos últimos vinte e seis anos, no âmbito do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* que logrou trazer à luz do dia os vestígios de uma cidade insuspeita, quer na sua dimensão, quer nas suas característi-



Fig. 2: Pedestal de estátua em honra de Paulus Fabius Maximus, legado propretor do imperador Augusto, dedicada pelos bracarugustanos.

cas urbanísticas e arquitectónicas (Martins *et alii* 1994; Martins e Delgado 1996; Martins 1999).

Todavia, pese embora os conhecimentos acumulados através das intervenções arqueológicas realizadas, são ainda numerosas as lacunas que possuímos relativamente a vários aspectos históricos da cidade. Entre elas, sublinhamos as dúvidas relativas à cronologia exacta da sua fundação e as esparsas evidências disponíveis sobre os primeiros tempos de vida da cidade, em particular relativas à primeira metade do séc. I, as quais levantam numerosos problemas quanto à caracterização do primitivo núcleo urbano. Também são ainda muito escassos os vestígios de edifícios públicos de *Bracara Augusta*, sendo de destacar, a este propósito, o facto de não ter sido ainda escavado o *forum* da cidade, pelo que ignoramos por completo as características dos edificadoss normalmente associados a este espaço.

Ao longo deste trabalho procuraremos dar conta dos conhecimentos disponíveis sobre *Bracara Augusta*, focando essencialmente as questões da sua fundação, do urbanismo e da arquitectura. Para tanto, usaremos basicamente o registo arqueológico, que nos permitirá avaliar algumas das características dos espaços e construções mais importantes de uma cidade, que se descobre diariamente através das escavações.

2. A fundação de *Bracara Augusta*

Bracara Augusta, uma das três cidades fundadas pelo imperador Augusto no Noroeste peninsular, no fim das guerras cantábricas, nasceu da necessidade de reorganização administrativa dos territórios a Norte do rio Douro, facto que implicou a criação de estruturas sociais e políticas que firmassem a presença romana na região e facilitassem a integração da população indígena que ocupava os numerosos castros da região (Martins 1990; 1995; 1996b).

Se o contexto cronológico e as motivações que presidiram à fundação da nova *urbs* não se diferenciam substancialmente, em termos globais, dos que caracterizaram a emergência de *Lucus Augusti* (Rodríguez Comenero e Covadonga Carreño 1999) e *Asturica Augusta* (García Marcos e Vidal Encinas 1996), a verdade é que o contexto sócio-cultural e económico da região onde surgirá *Bracara Augusta* regista marcadas especificidades relativamente às áreas mais setentrionais da Hispânia, que foram palco dos últimos episódios da guerra que opôs os povos do NO à presença romana (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999). Os dados disponíveis para sustentar tal afirmação advêm, sobretudo,

BRACARA AUGUSTA

da investigação arqueológica das últimas décadas (Silva 1995; 1999; Martins 1990; Martins *et alii*), uma vez que as fontes escritas apenas nos fornecem elementos esparsos para situar o contexto e a cronologia da chegada dos romanos à região (Alarcão 1988; Fabião 1993).

Assim, é hoje genericamente aceite a precocidade do controlo militar romano da região do Entre-Douro e Minho, na sequência da expedição de *D. Junius Brutus*, em 138-136 a.C., a ausência de populações bracarenses nos palcos da guerra cantábrica, mas, sobretudo, a existência uma forte ligação da região às zonas mais romanizadas do sul da Península, que se consolidou na segunda metade do séc. I a.C., em consonância com um grande desenvolvimento das comunidades indígenas (Silva 1986; 1995; Martins 1990; 1996b). Estes aspectos, que assinalam a especificidade da região galaico-bracarense, relativamente aos territórios ocupados pelos galaico-lucences e Astures, ao longo do séc. I a.C. (Sastre Prats 1998; Martins *et alii* 2002), facilitaram a integração das populações indígenas no contexto do modelo administrativo romano, justificando, também, as particularidades da vida urbana de *Bracara Augusta*. Entre elas, poderíamos destacar a ausência do meio militar, a predominância do meio indígena na composição social urbana (Tranoy e Le Roux 1990/91) e o importante papel que a actividade comercial desempenhou desde cedo na cidade (Morais 1998) (fig. 2).

Mau grado a especificidade das características enunciadas, apreendidas a partir da análise da epigrafia e dos contextos arqueológicos, continua problemática a data da fundação do novo aglomerado. Com efeito, é desconhecida a cronologia da consagração oficial de *Bracara Augusta*, muito embora seja aceite pela generalidade dos investigadores que a decisão imperial de criar os três centros urbanos do NO se situe, com grande probabilidade, entre os anos 16/15 a.C., aquando da presença de Augusto na Hispânia, como é sugerido por P. Le Roux (1994) e reiterado por outros investigadores (Rodriguez Colmenero 1996a e 1996b). Contudo, não existe em Braga qualquer referência epigráfica que confirme aquela data. Pelo contrário, a sugestiva epigrafia honorífica datada dos inícios da cidade é ligeiramente mais tardia, sendo possível que o

pedestal cilíndrico de Semelhe² oferecido a Augusto, no dia do aniversário do legado propretor da província da Hispânia Citerior, *Paulus Fabius Maximus*, datado entre os anos 4 e 2 a.C. (Tranoy 1980) assinala a data da consagração da cidade e o arranque do programa urbanístico de *Bracara Augusta*, aproveitando a estadia do legado na região de Braga (Le Roux, 1994, 231, nota 10). *Paulus Fabius Maximus* parece surgir como patrono dos bracaraugustanos, entidade que subentende já a existência uma nova comunidade capaz de dar resposta a expressões de carácter cívico, como sejam as ligadas ao culto imperial (Tranoy 1980; 1981), das quais o monumento de Semelhe parece constituir o exemplar mais antigo conhecido no NO e na Península. Poderemos considerar serem expressão do mesmo culto outros altares erguidos a Augusto, em Dume³ e Braga⁴. Representando um sinal inequívoco da aceitação do culto imperial por parte das elites indígenas, estes altares poderão testemunhar uma fase preliminar do processo de fixação dessas elites no sítio de Braga, as quais revelam uma particular devoção ao imperador e respectiva família (Tranoy 1980), registando uma política pro-dinástica, sugerida, também, pelas dedicatórias da Galécia aos netos de Augusto, Caio ou Lúcio⁵ e dos bracaraugustanos a *Agrippa Postumus* (Le Roux 1975).

Se a data da fundação de *Bracara* permanece problemática, não o é seguramente o papel desempenhado pelas elites indígenas, oriundas dos castros mais importantes da região, no processo de criação da aristocracia urbana. Seduzidos pelas vantagens que o novo quadro político e administrativo lhes concedia, as elites indígenas, certamente consolidadas no quadro da organização da região ao longo do séc. I a.C. (Martins 1996b; Martins *et alii*), parecem ser os principais actores do novo corpo cívico, que se expressa na menção de bracaraugustanos⁶, entidade que se distingue dos *Bracari* e que afirma a sua coesão pela ideologia do culto imperial (Tranoy 1981). Parece igualmente inquestionável o cunho ideológico e religioso que presidiu à fundação de *Bracara Augusta* (Le Roux 1975; Tranoy 1980). Esse cunho poderá ter sido reforçado pelas funções que serão atribuídas à cidade enquanto sede de convento jurídico, ainda que permaneça discutível a exacta cronolo-

2 Altar dedicado pelos Bracaraugustanos no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus* (EE, VIII, 280=ILER 1028; Le Roux 1975; Tranoy 1981).

3 Monumento semelhante ao encontrado em Semelhe, dedicado ao *Genius Caesaris* (Vasconcelos 1913, 326).

4 CIL II, 5123.

5 CIL II, 2422.

6 Cf. nota 3.

BRACARA AUGUSTA

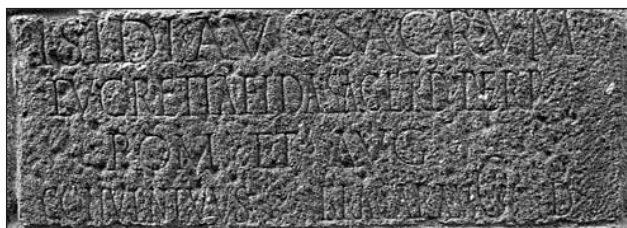


Fig. 3: Inscrição datada do séc. II, dedicada a Isis, por Lucrecia Fida, sacerdotisa do culto imperial.

gia da criação dos conventos, recuada para a época de Augusto (Dopico Cainzos 1986; 1998; Rodriguez Colmenero 1996b), muito embora outros autores considerem de uma fase mais avançada a generalização do fenómeno, datando-o já da dinastia júlio cláudia (Fernandez Ochoa e Morillo Cerdán 1999).

De qualquer modo, quer a epigrafia, quer o registo arqueológico testemunham que, entre finais do séc. I a.C. e as duas primeiras décadas do séc. I da nossa era, *Bracara Augusta* conheceu um processo de povoamento sistemático. Se as numerosas inscrições funerárias, com referência aos *castella* de origem dos povoadores não deixam dúvidas quanto à importância da componente indígena no processo de criação da nova *urbs*, o registo arqueológico, sobretudo caracterizado por materiais de importação e moedas, testemunha a ocupação do sítio de Braga desde a última década antes da transição da era (Morais 1997-98; Centeno 1986; Zabaleta Estévez 2000). Indicador importante das actividades ligadas ao novo centro urbano são os miliários, ligados à construção das vias que vão ligar *Bracara Augusta* às restantes cidades do NO e da Península, os mais antigos dos quais datam de Augusto, situando-se na via XVI e na XIX.

Independentemente da cronologia da criação dos conventos se situar ainda em tempos de Augusto ou durante a dinastia júlio-cláudia, a verdade é que o novo aglomerado parece centralizar rapidamente funções administrativas e religiosas importantes, que serão secundadas por uma não menos importante actividade económica, reconhecida epigráfica e arqueologicamente (Alföldy 1966; Morais 1998). De facto, *Bracara Augusta* parece herdeira da centralidade que o coração da área dos *Bracari* já possuía no período pré-romano, decorrente do facto de constituir um ponto de confluência de uma vasta rede de caminhos naturais⁷. A memória da precoce actividade económica do novo aglomerado está bem documentada na inscrição, datada de 42,

dedicada pelos cidadãos romanos que comerciavam em *Bracara Augusta* ao governador da Citerior, *C. Caetronius Miccio*,⁸.

Se a data oficial da fundação da cidade é problemática, não o é menos o seu estatuto jurídico, que permanece obscuro, contrapondo-se, a este propósito, duas posições diferenciadas: uma, mais tradicional, atribui à cidade o estatuto de *oppidum peregrino*, beneficiário de uma eventual promoção municipal na época flávia, na sequência da atribuição do *ius latii* à Hispânia, por Vespasiano (Tranoy 1981); a outra, mais recente, devida a P. Le Roux (1994), considera que a cidade deverá ter beneficiado do direito latino logo desde a sua fundação.

Permanecendo em aberto a questão do estatuto jurídico de *Bracara Augusta*, que apenas poderá ser esclarecida pela epigrafia, não deixa de ser sugestivo pensar que a sua eventual precoce capitalidade, enquanto sede de convento e a dimensão do próprio projecto urbano, sugerido pela arqueologia, datável das primeiras décadas do séc. I, exigiriam a concessão de privilégios às elites indígenas como forma de favorecer a sua fixação no novo aglomerado. A existência de uma *ordo decurionum* e de magistrados, ainda que sem prova epigráfica directa, constituiriam, certamente, um importante atractivo para fixar os notáveis indígenas e as suas famílias, pois tornava-os beneficiários da cidadania romana pelo desempenho dos cargos.

A epigrafia de Braga revela a especificidade da composição social da população de *Bracara Augusta* enquanto núcleo urbano, relativamente às outras duas cidades augústeas do Noroeste, verificando-se uma escassa representação de cidadãos de direito romano, que, ou são imigrantes ou indígenas promovidos, sendo dominante a presença de peregrinos, libertos e escravos (Tranoy e Le Roux 1989-90). Neste sentido, *Bracara Augusta* não parece ter beneficiado de uma presença significativa dos meios oficial e militar (Tranoy 1981), exercendo, talvez, uma reduzida atracção sobre imigrantes portadores de cidadania romana, com excepção dos primeiros tempos após a sua fundação (Martins 1996a).

Sendo ocupada basicamente por uma população de origem indígena, que se romaniza rapidamente, seria esta, naturalmente, que asseguraria o desempenho de cargos honoríficos, políticos e religiosos,

7 O problema da centralidade de *Bracara Augusta* no contexto da região do Entre-Douro e Minho foi sublinhado por vários autores, entre eles por A. Tranoy (1981) e M. Martins (1990; 1996a; Martins e Delgado 1996) e F. S. Lemos (1999).

8 CIL II, 2423.

BRACARA AUGUSTA

que deveriam, contudo, ser garantidos por um número restrito de famílias. Assim o parece documentar a epigrafia, que demonstra serem de origem indígena os sacerdotes e sacerdotisas do culto imperial.

Considerando a reduzida presença de elementos exógenos, no cômputo global da população urbana de Braga (Tranoy e Le Roux 1989-90), mas, também, no seio da população rural, da qual a cidade dependia (Martins 1995; 1996a), deduzida da análise da epigrafia, será legítimo admitir que os notáveis indígenas foram os principais agentes e beneficiários da vida urbana e da exploração económica da região, secundados por uma minoria de imigrantes, escassamente representados no dossier epigráfico de Braga.

3. Urbanismo

Mau grado o elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga desde 1976, incidente sobre uma vasta área da cidade de *Bracara Augusta* (Martins e Lemos 1997-98), são notoriamente escassos os vestígios construtivos reportáveis aos períodos de Augusto e júlio-cláudio. Este facto sublinha o significativo desfasamento existente entre o registo epigráfico, reportável à fundação da cidade, cuja cronologia é augústea (Tranoy 1981) e o registo arqueológico construtivo, predominantemente datado a partir da época flávia (Martins 1999). Se é certo que dispomos de um edifício, de funcionalidade problemática, na Colina do Alto da Cividade, datável das primeiras décadas do séc. I (Martins 1999) e de um ou outro muro datáveis da época de Augusto, a verdade é que os elementos disponíveis são largamente insuficientes para abordar o urbanismo de *Bracara Augusta* nos primeiros tempos da sua existência, pois a escassez de elementos arqueológicos não permite equacionar a existência de uma malha urbana de raiz fundacional, nem a extensão do primitivo núcleo urbano. Algumas explicações foram avançadas para justificar tão exígua presença de construções datáveis dos primeiros séculos da nossa era.

A hipótese tradicional que fazia da *Bracara* de Augusto um *oppidum* peregrino, pequeno e obscuro, centrado em torno da actual Sé Catedral (Tranoy 1980; 1981), requalificado em época flávia (Alarcão 1988), na sequência da sua promoção municipal, o que teria justificado uma nova centralidade urbana, então deslocada para a platafor-



Fig. 4. Base de coluna monumental da fachada de um grande edifício, associado ao *forum*, aparecido nas imediações do Largo Paulo Orósio.

ma superior da colina da Cividade e uma subsequente monumentalização da cidade, não nos merece hoje qualquer credibilidade em face dos dados arqueológicos disponíveis. De facto, se os elementos construtivos do período pré-flávio são escassos, são, todavia, significativos os materiais arqueológicos daquele período, constituídos por cerâmicas importadas e por numismas, os quais registam uma significativa dispersão pela cidade.

Os estudos realizados por Rui Morais (1997-98), para as cerâmicas finas importadas de cronologia pré-flávia e por Mar Zabaleta Estevez (2000), para as moedas, permitem questionar, não só a origem da cidade na área da actual Sé Catedral e a sua posterior deslocação para sul e sudoeste, como sugerir, também, que *Bracara Augusta* teve o seu núcleo original na Colina da Cividade, local onde se registam os materiais romanos mais antigos até hoje encontrados nas escavações. Este facto, sugere que o primitivo núcleo de *Bracara Augusta* se situava em torno da área onde foi erguido o *forum* administrativo da cidade, cuja localização, na proximidade do Largo Paulo Orósio, é referida num mapa do séc. XVI, local de onde procedem materiais arquitectónicos sugestivos da presença de edifícios públicos⁹. Por outro lado, esta zona constitui o centro da área que estimamos ter sido ocupada por *Bracara Augusta*, tendo em conta a localização das necrópoles (Martins e Delgado 1989-90a), bem como o perímetro da muralha baixo-imperial. O local oferece-se, por sua vez, como o lugar central no qual convergiam alguns dos eixos viários já identificados arqueologicamente, cuja orientação e organização sugerem a existência de uma única trama ortogonal para a cidade.

Se as moedas e as cerâmicas importadas mais antigas encontradas em Braga ajudam a situar o núcleo urbano primitivo de *Bracara Augusta* na coli-

⁹ Estão neste caso várias bases de colunas monumentais de diferentes dimensões, que poderiam pertencer à fachada de um templo e ao pórtico do *forum*.

BRACARA AUGUSTA



Fig. 5: Interior da cloaca romana encontrada sob rua porticada nas imediações do forum.

na da Cidade, concretamente na sua plataforma superior e respectivas vertentes, sabemos, por outro lado, ser essa a área onde se regista a maior concentração de materiais dos períodos correspondentes aos reinados de Augusto, Tibério e Cláudio, o que testemunha a continuidade de ocupação do primitivo núcleo (Morais 1997-98). Por sua vez, a dispersão por toda a área urbana de materiais datáveis do reinado de Augusto e da primeira metade do séc. I, constitui um importante indicador de uma ocupação que se configura já bastante extensa, anteriormente aos flávios, ainda que se desconheça a natureza dos edifícios que poderiam estar associados a tal ocupação.

Se cotejarmos estes dados com o importante elemento construtivo e urbanístico que é constituído pelo edifício pré-termal do Alto da Cidade, datável da época de Augusto ou Tibério (Martins 1999), somos levados a pensar que *Bracara Augusta* foi objecto de uma precoce planificação. Face aos dados disponíveis podemos admitir que essa planificação foi realizada logo após a fundação da cidade, tendo contemplado a projecção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais, que se prolongam na área envolvente, quer no traçado das vias que ligavam *Bracara Augusta* às restantes cidades do NO e da Península, quer ainda num provável cadastro que se deixa adivinhar pela análise da fotografia aérea e da cartografia antiga da zona¹⁰

Se o edifício pré-termal do Alto da Cidade constitui, pela sua modulação e orientação, a evidência mais segura que possuímos para afirmar que *Bracara Augusta* nasce como cidade planificada

e que a *forma urbis* que conhecemos datará das primeiras décadas do séc. I, a verdade é que podemos igualmente atribuir ao mesmo período a criação de algumas infra-estruturas, designadamente, a construção de uma grande cloaca identificada nas escavações de um terreno situado nas imediações do *forum* (Lemos e Leite 2000; Martins 2000). De paredes de pedra, revelando um bom aparelho e cobertura de grandes lajes de granito, sobre a qual corria uma rua, com cerca de 7,5 m de largura, esta cloaca seria, certamente, um dos principais eixos de drenagem das águas e resíduos da cidade, confluindo para ela várias outras, mais pequenas (Fig. 5).

Assim, estamos em crer que a escassez de construções de época pré-flávia em Braga poderá resultar, sobretudo, das remodelações sucessivas a que foram submetidos, quer os edifícios públicos, quer privados, as quais terão camuflado evidências mais antigas e sobretudo remexido os níveis arqueológicos fundacionais.

Tendo por base o conjunto de vestígios construtivos disponíveis podemos afirmar que *Bracara Augusta* era uma cidade ortogonal, definida pelo traçado da rede viária interna, com orientação dominante NO/SE e SO/NE. As *insulae* identificadas são quadradas, com cerca de 150 pés de lado (entre os eixos das ruas), o que permitia a existência de áreas construídas aproximadamente de 1 *actus* (120 pés). Esta modulação, observada na área arqueológica das Carvalheiras (Martins 1997-98; 1999; Silva 2000), onde se situa o exemplar melhor conhecido da habitação urbana de *Bracara Augusta*, tem vindo a ser verificada noutras *insulae* (Martins 2000a). Muito embora a trama ortogonal sugerida pela conjugação dos dados disponíveis sugira uma modulação quadrada dominante, válida sobretudo para o período Alto Imperial, são já vários os elementos que permitem admitir a existência de *insulae* com construções de diferentes dimensões. Por outro lado, atendendo ao facto da área ocupada pela cidade romana ser uma colina, admitimos que as necessárias adaptações ao terreno tenham condicionado pontualmente a forma dos quarteirões.

Desconhece-se ainda a real extensão da área que terá sido objecto de planificação. O edifício romano, recentemente descoberto nas escavações da Sé Catedral, que regista uma orientação N/S (Fontes *et alii* 1997-98), bem como os alinhamen-

¹⁰ A existência de um cadastro, na área envolvente da cidade, é sugerida por alinhamentos perceptíveis na cartografia dos anos 40, tendo sido por nós referido pela primeira vez em 1995 (Martins 1995). Neste momento, este cadastro está sendo objecto de análise mais detalhada por Helena Paula Carvalho no âmbito da sua tese de doutoramento.

BRACARA AUGUSTA

tos de construções conhecidas noutras áreas periféricas da cidade, sugerem, entretanto, que a cidade se desenvolveu muito para além da primitiva área planificada, a qual era seguramente muito mais pequena do que a área urbana que foi cercada pela fortificação dos finais do séc. III/inícios do IV. De qualquer modo, a zona da actual Sé Catedral, onde foram identificados vestígios esparsos da época de Augusto e um edifício de planta rectangular, datado de época flávia, deveria constituir um dos limites da área planificada, sendo possível atribuir-lhe uma função cívica.

Embora tenham já sido identificados vários vestígios de ruas (Martins 1997-98; Lemos *et alii* no prelo), limitando os quarteirões construídos, torna-se difícil atribuir uma cronologia segura a estes eixos estruturais da cidade, quer porque as suas fundações não fornecem quaisquer materiais datáveis, quer porque foram objecto de reparações e remodelações consecutivas. Pese embora estes constrangimentos, podemos considerar que a largura média das ruas de *Bracara Augusta* situar-se-ia entre os 10 e 12 pés, tendo sido encontrada, até ao momento, uma única via, com 25 pés de largura (Lemos e Leite 2000; Martins 2000).

Com raras excepções, como a assinalada na rua oeste das Carvalheiras, onde possuímos lajes conservadas da calçada tardia (Martins 1997-98), a generalidade das ruas configuram-se com pavimentos formados por conglomerados de seixos, tijoleira e pedra, argamassados com areão granítico e argila.

Elemento característico do urbanismo de *Bracara Augusta* são os pórticos, anexos às ruas, que ladeiam a generalidade das construções privadas, funcionando como passeios, mas também como espaços de extensão do negócio realizado nas lojas, às quais davam acesso (Martins 2000). Inicialmente muito regulares e com dimensões semelhantes às das ruas (10 a 12 pés), estes pórticos, que deveriam pertencer ao domínio público, parecem começar a ser paulatinamente privatizados, sendo invadidos por parte das construções. Esse processo, documentado nas Carvalheiras, logo no séc. II (Martins 1997-98; Silva 2000), generaliza-se nos finais do séc. III / inícios do IV, época em que assinalamos, quer o desaparecimento dos pórticos, integrados nas próprias habitações, quer a redução das próprias ruas, invadidas por construções. Este processo, que se encontra documentado noutras cidades, designadamente em *Emerita Augusta* (Mateos, 2001), representa uma das evidências arqueológicas mais importan-

tes para o estudo das transformações ocorridas no tecido urbano, documentando o carácter dinâmico da construção que progressivamente vai alterando a fisionomia das cidades, criando novos cenários.

Em Braga, as alterações ocorridas na trama urbana romana só agora começam a ser conhecidas, sendo de destacar que a construção da muralha dos finais do séc. III / inícios do IV irá provocar significativas transformações no rígido traçado ortogonal que a cidade aparenta ter possuído no Alto Império. A perda de sentido de alguns eixos viários terá levado ao seu desaparecimento e à sua total anexação ao domínio privado. Este processo, documentado em recentes escavações realizadas nas Carvalheiras e na *insula* adjacente, datado dos finais do séc. III / inícios do IV, terá criado uma planimetria bem diferente daquela que conhecemos para a *Bracara Augusta* alto-imperial.

Se possuímos evidências da rede de saneamento de *Bracara Augusta* e podemos considerar que a criação de uma infra-estrutura básica de cloacas poderá datar das duas primeiras décadas do séc. I, tendo por base os elementos disponíveis, mais problemática é a abordagem do sistema de abastecimento de água à cidade.

Muito embora as fontes historiográficas dos sécs. XVII e XVIII (Cunha 1643; Argote 1732-34) falem de dois aquedutos que abasteceriam a Braga romana, a verdade é que deles não possuímos hoje qualquer evidência. Todavia, é provável que parte do abastecimento da cidade fosse feito por um sistema de condutas sub-aéreas e torres de água, que captavam os recursos hídricos dos numerosos cursos de água com origem nos montes a nordeste da cidade. Esse sistema, ainda hoje visível, conhecido pelo nome de Sete Fontes, reconstruído no séc. XVIII, abasteceu boa parte da cidade de Braga até meados do séc. XX, sendo possível que se estruturasse sobre um outro, mais antigo, datado da época romana, uma vez que é já referido em documentos medievais. No entanto, a confirmação da origem romana deste sistema carece de investigações arqueológicas que ainda não puderam ser realizadas.

Apesar de não dispormos de vestígios seguros da existência de aquedutos possuímos, todavia, numerosos testemunhos de poços (*putei*), distribuídos por toda a cidade, os quais aproveitavam a rica toalha freática de Braga, representando uma importante forma de aprovisionamento de água. Muito embora se desconheça o contexto de algumas destas estruturas, referenciadas na bibliogra-

BRACARA AUGUSTA



Fig. 6. Panorâmica dos hipocaustos das termas vista de este.

fia, entretanto desaparecidas, podemos, contudo, referir ser frequente encontrá-las associadas a habitações, como acontece na *insula* das Carvalheiras (Martins 1997-98), no conjunto arqueológico das Antigas Cavalariças, ou na chamada Casa do Poço (Martins 2000).

4. Arquitectura

4.1. Arquitectura pública

Até ao momento foi apenas identificado um único edifício de cronologia pré-flávia, situado no Alto da Cidade, que designamos por edifício pré-termal, uma vez que parte dele foi reaproveitado para a construção de umas termas públicas nos inícios do séc. II. De facto, a grande maioria das construções romanas conhecidas até ao momento em Braga data do período flávio / antonino, altura em que *Bracara Augusta* parece ter sofrido um complexo e alargado programa de valorização e / ou requalificação urbanas, o qual contemplou seguras remodelações de edifícios e espaços anteriores, como aconteceu na área do Alto da Cidade, onde, nos inícios do séc. II se constroem umas termas públicas (Martins e Silva 2000; Silva 1999), sobre parte de um edifício anterior, as quais surgem anexas a um teatro. Por outro lado, é provável que novos edifícios públicos tenham nesta época sido erguidos de raiz, ocupando, eventualmente, alguns dos quarteirões até então ainda disponíveis. Esse poderá ser o caso da construção, identificada sob a Sé Catedral, datada entre finais do séc. I / inícios do II, cujas características e funcionalidade não foram ainda devidamente interpretadas (Fontes et alii 1997-98).

Os finais do séc. III / inícios do IV representam um momento de grande dinamismo construtivo em *Bracara Augusta*, pois verificam-se remodelações em quase todos os edifícios públicos e privados conhecidos. Tal dinamismo não será certamente estranho à promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da Galécia, a qual deverá ter determinado um extenso programa de obras de renovação urbana. No entanto, o maior investi-

mento realizado neste período está relacionado com a construção de uma poderosa fortificação que irá circundar uma área urbana com cerca de 48 ha, alterando significativamente a fisionomia da cidade. (Fig. 6).

4.1.1. Edifício pré-termal do Alto da Cidade

O edifício mais antigo identificado em Braga, atribuível ao período júlio/cláudio, com orientação NO/SE, situa-se na plataforma superior da Colina do Alto da Cidade. Trata-se de uma complexa construção que não pôde ser completamente recuperada pelas escavações.

De forma aproximadamente quadrada, com cerca 150 pés de lado (43,50m), o conjunto edificado está definido por quatro corpos, com diferentes características, que se estruturam em torno de um espaço central aberto. Este espaço oferece as dimensões de 21 m x 15 m (70 x 50 pés), correspondendo a uma área aberta com 315 m².

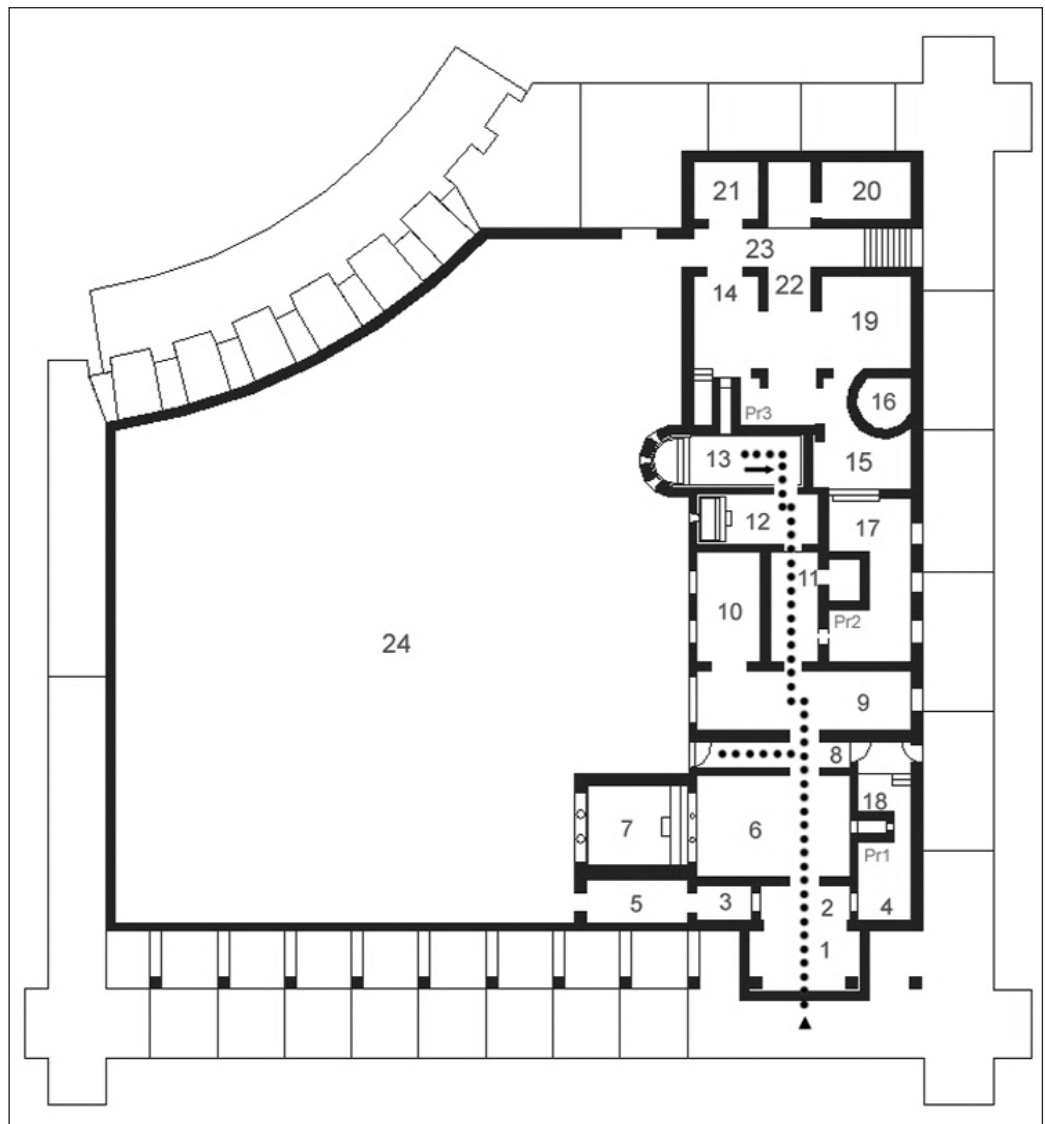
O corpo este, melhor conhecido, e integralmente reaproveitado na estrutura das termas públicas que sobre ele foram construídas nos inícios do séc. II, possuía, na parte central, um conjunto de duas fiadas de seis silhares dispostos no sentido N/S, os quais oferecem uma modulação muito regular de 10 pés entre os eixos. Os silhares definem uma galeria central, com 10 pés de largura, que funcionaria como corredor de circulação dando acesso a compartimentos dispostos a nascente e a poente (Silva 1999).

O corpo oeste oferece maiores dificuldades de interpretação, devido às profundas remodelações a que esteve sujeito, bem como ao grande desnível entre o tabuleiro superior e o inferior, que torna difícil a leitura da funcionalidade das estruturas conservadas. A fachada oeste deste corpo teria que vencer um desnível de 5 m, entre as duas plataformas da colina. A existência de um conjunto de muros e de arcos em tijoleira, situados no extremo noroeste da construção, sugerem a existência de galerias subterrâneas e de uma fachada monumental, na qual estava integrado um fontanário.

A fachada norte, seria porticada, existindo um conjunto de silhares que o indicam, os quais possuem uma modulação de 12 pés. Implantados na alterite vencem o acentuado desnível do terreno pela sobreposição de vários elementos. O pórtico possuiria igualmente 12 pés de largura, tendo sido posteriormente alterado para a construção das termas e do teatro anexo.

BRACARA AUGUSTA

Fig. 7: Planta do edifício das termas do Alto da Cividade na Fase I: 1 e 2: entrada; 3 e 4: cubicalae; 5. latrinae; 6. apodyterium; 7. piscina; 8. corredor; 9 e 10. frigidaria; 11 e 12 tepidaria; 13. caldarium; 14 a 23. áreas de serviços; 24. palaestra.



Do limite sul conhece-se apenas o quadrante sudeste, onde remata o corpo este do edifício, sendo presumido que a fachada se pudesse estruturar num pórtico, à semelhança do que aconteceria com a fachada norte.

A complexidade deste conjunto edificado, o seu carácter algo heterodoxo, dentro da tipologia dos edifícios romanos, bem como o facto de não ter sido integralmente escavado e de parte dele ter sido sobreposto pela parede do teatro, na parte noroeste, dificulta a sua interpretação funcional. Julgamos estar em presença de um conjunto arquitectónico datável dos inícios do séc. I da nossa era, o qual poderá, todavia, ter sido modificado ao longo daquele século, anteriormente à sua reforma completa, nos inícios do século II, quando sobre ele são construídas as termas e o teatro. Algumas características dos corpos que compõem o conjunto sugerem a sua função como *horrea* (Rickman 1971).

4.1.2. As Termas do Alto da Cividade

As termas públicas do Alto da Cividade, identificadas em 1977, na sequência de um salvamento num terreno destinado a ser urbanizado, foram escavadas de forma descontinuada, tendo o seu estudo sido concluído apenas em 1999 (Martins e Silva 2000).

Localizadas na parte central da plataforma mais elevada da colina do Alto da Cividade, as termas situam-se nas imediações do *forum* administrativo da cidade. A sua inserção na malha urbana da cidade romana mostra que o conjunto do edifício com a *palaestra* ocupava uma área quadrada com 150 pés de lado (Silva 1999).

O primeiro projecto das termas data dos inícios do séc. II estando intrinsecamente articulado com a construção do teatro.

BRACARA AUGUSTA



Fig. 8: Modelo 3D da Fase I das termas, segundo proposta da arquitecta Paula Silva (Lab. Multimédia da UAUM).

Com base nos elementos disponíveis, admitimos terem ocorrido pelo menos três reformas do edifício: uma, entre finais do século II / inícios do III, que amplia e redefine a área de banhos; outra, nos finais do século III / inícios do IV, que remodela profundamente os espaços internos, transformando a anterior zona quente em zona fria, sendo aberta uma nova área quente na parte oeste do edifício; e, uma outra, ainda, em meados do século IV, com remodelações na área quente, desafecção da área de serviços norte e desaparecimento da grande *palaestra* a poente (Martins 2000a).

4.1.2.1. Fase I

As termas públicas construídas nos inícios do séc. II correspondem a uma construção rectangular, de orientação NO/SE, com cerca de 150 pés de comprimento (43,5m) por 40 pés de largura (12m). A forma alongada do edifício e a disposição das salas e espaços resultam basicamente das condicionantes impostas pelo aproveitamento de parte do edifício anterior, designadamente dos silhares, dispostos longitudinalmente, utilizados como contrafortes dos compartimentos das termas e dos muros exteriores, os quais possuem 2 pés de largura (60 cm) (Silva 1999; Martins e Silva 2000).

Cumpre-se nestas termas o percurso característico dos pequenos estabelecimentos de banhos, circulando-se através de uma sucessão de compartimentos frios, tépidos e quentes (Grenier 1960; Rebuffat 1991). O edifício pode, por isso, ser classificado entre o tipo alinhado axial e retrógado (Krencker *et alii* 1929; Nielsen 1990), modelo bastante comum nas termas das províncias ocidentais e setentrionais (Fig. 6, 7).

O acesso era feito pelo lado sul, por um pequeno pórtico, que dava acesso a três compartimentos distintos, estando o maior, interpretado como *apodyterium*, no eixo de circulação interna do bal-

neário. Trata-se de um compartimento com 40 m², orientado E/O, com hipocausto, que seria aquecido apenas no Inverno, à semelhança do que acontecia noutros balneários do NO peninsular, designadamente, em Gijon (Fernández Ochoa 1997a) e Tongobriga (Dias 1997). Esta sala abre-se, a oeste, a uma piscina de água fria, com 24 m².

Por uma passagem situada no eixo da entrada principal, acedia-se a um corredor, de orientação E/O, que permitia, quer aceder à *palaestra*, quer entrar na primeira sala fria do complexo termal, através de ampla passagem, com um vão de 1,60 m de largura. O *frigidarium* é um compartimento rectangular, orientado E/O, com cerca de 35 m², a partir do qual se acedia a um outro, com orientação N/S, ligeiramente rebaixado.

Por uma porta, situada no eixo das entradas anteriores, acedia-se a um primeiro *tepidarium*, de forma rectangular, disposto no sentido N/S, aquecido directamente pelo *prae-furnium* 2, localizado a nascente. Desta sala acedia-se a uma outra, igualmente com funções de *tepidarium*, orientada E/O, aquecida indirectamente a partir do *prae-furnium* 3. A última sala aquecida do complexo termal, com uma abside no topo poente, onde existia um *alveus* semi-circular, funcionava como *caldarium*, sendo aquecido directamente pelo *prae-furnium* 3, de canal externo (Degbomont 1984).

Uma ampla zona de serviços desenvolvia-se na parte norte do edifício. O espaço exterior ao balneário, situado a poente, e acessível a partir de várias portas, rasgadas na fachada oeste do edifício, foi interpretado como *palaestra*.

As abóbadas que cobririam as salas aquecidas, foram construídas com tijoleiras chanfradas, dispostas em arco, revestidas de argamassa, sistema muito comum na área da Galécia (Perez Losada 1992). Considerando a intensa pluviosidade anual da região, admite-se que este sistema de abóbadas seria coberto por telhado de duas águas.

A volumetria proposta para o edifício é modesta, mas coerente, quer com a dimensão dos compartimentos, quer com a largura dos muros que suportavam o peso do edifício (Silva 1999) (Fig. 8).

Trata-se, por conseguinte, de um pequeno balneário público, cuja área de banhos ocupa uma superfície total de 170 m². A modesta dimensão dos compartimentos contrasta com a significativa área ocupada pelas zonas de serviço, que cobrem 208 m², bem como com a extensão da própria *palaestra* (Martins e Silva 2000).

BRACARA AUGUSTA

4.1.2.2. Fase II

Muito embora as remodelações operadas nas termas nos finais do séc. II / inícios do III tenham alterado a orgânica dos espaços centrais da área de banhos e as características de alguns compartimentos é mantida boa parte da estrutura do balneário anterior, conservando este a sua forma alongada, apesar de avançar, agora, parte da sua fachada oeste sobre a área da *palaestra*.

Uma importante transformação registada nesta fase consistiu na passagem do *apodyterium* a espaço frio, tendo sido entulhada a área de serviços, onde se situava o *praefurnium* 1, transformada em sala fria, com acesso, quer ao *apodyterium*, quer ao corredor de serviço, a partir do qual se acedia ao *frigidarium*, o qual se alonga na parte poente.

Outra transformação importante registada nesta remodelação consistiu na ampliação do balneário para poente, tendo sido construído mais um espaço, que julgamos corresponder a uma piscina, com cerca de 1 metro de altura, à qual se acedia a partir do *frigidarium*.

Outra reforma deste período está associada à remodelação da área de serviços poente, com entulhamento de parte do seu espaço anterior e criação de um novo compartimento frio, o que implicou a reforma do *praefurnium* 2, que se tornou mais pequeno.

Datará deste período a implantação, na área de serviços norte, de uma cisterna, que armazenaria a água destinada às caldeiras.

As reformas registadas ampliaram a área de banhos que passou de cerca de 170 m² para 246 m² e criaram um circuito de utilização dos espaços mais flexível que, não só facilitaria a circulação, como permitiria a utilização do balneário por maior número de utentes. A criação de um terceiro *tepidarium* e de um novo *frigidarium* permitiu que o circuito se tornasse quase perfeitamente circular. Embora documentado na Hispânia este tipo de percurso é pouco comum, estando representado no NO na Fase I das Termas Mayores de *Asturica*, datada entre meados do séc. I e meados do III (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2000).

4.1.2.3. Fase III

Em finais do séc. III / inícios do IV as termas do Alto da Cidade foram objecto de uma profunda remodelação que alterou por completo, quer a sua morfologia, quer a circulação. O edifício manterá,



Fig. 9: Perspectiva dos hipocaustos tardios das termas. Fase IV

todavia, uma disposição rectangular alongada, conservando a orientação NO/SE e as dimensões que já possuía na fase anterior (Martins 2000b).

As transformações mais significativas registam-se nas áreas norte e sul, bem como no corpo central onde se situam os compartimentos de banhos. Na parte norte, verifica-se a inutilização do *caldarium* da fase anterior, agora integrado na área de serviços norte, com implantação de um *praefurnium* de canal externo (Degbomont 1984), no solo do antigo hipocausto. A sul regista-se um grande entulhamento da área correspondente ao anterior átrio e compartimentos anexos, bem como ao *apodyterium*, piscina e ao corredor de circulação de acesso ao *frigidarium*. Este grande entulhamento transformou toda esta área numa ampla zona fria, que terá mantido a função de *apodyterium*, o qual, pelas suas dimensões, poderia ser usado para a prática de exercícios físicos no período de Inverno.

A área de banhos sofre igualmente uma profunda reforma. O anterior frigidário, o tepidário e a área de serviços anexa, a nascente, são entulhados e transformados numa ampla sala fria, com funções de *frigidarium*, do qual se conservou um extenso pavimento de *opus signinum*. Por sua vez, a área aquecida desloca-se para poente, revelando uma organização em três compartimentos, que formam um bloco compacto, sendo aquecidos por um único *praefurnium*, situado a norte. Pensamos que nesta fase deveria ter existido um único hipocausto contínuo sob os *tepidaria* e o *caldarium* (fig. 9).

Esta reforma reestruturou o sistema de funcionamento e a circulação das termas, os dispositivos de aquecimento e o anterior sistema de drenagem, tornando a área de banhos mais pequena. O esquema de circulação altera-se novamente, podendo ser classificado de axial angular e retrógrado, esquema muito comum nas termas alto-imperiais, estando presente nas Fases II e IIA das termas de Gijón, datadas de meados do séc. II (Fernández

BRACARA AUGUSTA

Ochoa 1997) e na Fase II das termas de Tongobriga datada de época trajânica (Dias 1997). A utilização deste tipo de circuito em época tardia vem demonstrar a grande versatilidade dos edifícios termais, em que os esquemas de circulação se adaptavam aos constrangimentos impostos pelas remodelações, não tendo, por isso, grande valor enquanto indicador cronológico.

4.1.2.4. Fase IV

Em meados do séc. IV regista-se uma nova remodelação do edifício das termas, a qual reordena novamente os espaços aquecidos. As alterações mais significativas registam-se na parte norte do edifício e na área quente do balneário.

A inutilização da área de serviços norte, completamente abandonada e entulhada, faz desaparecer o *praefurnium* da fase anterior, sendo aberto um novo, rasgado na fachada oeste. Esta alteração no sistema de aquecimento das termas obrigou a uma reordenação das salas, passando os compartimentos a ter uma nova disposição. Para o efeito, são erguidos novos muros que compartimentam o espaço e que possuem a particularidade de revelarem aberturas para a passagem do ar quente. Por sua vez, o anterior *caldarium* é agora entulhado e transformado em área fria, sendo aberto um novo, cujo hipocausto revela a utilização de colunas, bem como o reaproveitamento de material pétreo e laterício variado, disposto de forma desorganizada entre as *pilae* conservadas da fase anterior.

Tudo indica que a entrada nas termas tenha continuado a ser feita por sul, mantendo-se, nesta fase, parte da circulação anterior.

Nesta fase registam-se profundas alterações na parte exterior do edifício, anteriormente ocupada pela *palaestra*, as quais parecem relacionadas com o desmantelamento e inutilização do teatro.

Admitimos que nesta fase as termas tenham possuído uma *palaestra*, que estaria agora situada na zona anteriormente ocupada pela área de serviços norte, à qual se acedia a partir do *frigidarium*.

4.1.3. O edifício da Sé Catedral

As escavações realizadas, entre 1996 e 1998, no

interior da Sé Catedral, inseridas num projecto de minimização do impacto de instalação de drenagens, permitiram detectar, entre outros vestígios, correspondentes a diferentes épocas, vários muros, pertencentes a um edifício romano que regista várias fases de utilização (Fontes *et alii* 1997-98), com o qual se articula um grande muro identificado nas escavações de 1983/84, na R. da N. Senhora do Leite (Gaspar 1985) e os muros detectados nas escavações realizadas no interior da Sé, em finais dos anos 80.

Trata-se de uma construção que possui pelo menos duas fases. A mais antiga, datada da época flávia / antonina não se encontra ainda identificada com rigor, quer no que concerne à sua planta, quer às dimensões, carecendo de uma interpretação mais detalhada do registo disponível. Assinale-se, contudo, que a construção rematava a nascente num pórtico, com 3,80 m de largura (13 pés), limitado exteriormente por um muro baixo, cujo remate, ao nível do solo, suportaria uma colunata. Aí poderia situar-se uma entrada do edifício, muito embora seja de admitir outras entradas, rasgadas nos muros perimetrais, dois dos quais registam 2 pés de largura.

Uma possível interpretação funcional do edifício, como *macellum*, é sugerida pelos abundantes macrorrestos de ossadas de animais e de conchas de ostras, presentes em níveis selados por um extenso pavimento de *opus signinum*, datável dos finais do séc. III / inícios do IV. Ainda que a ausência de uma planimetria detalhada do edifício não permita sustentar essa interpretação, cabe-nos destacar a existência de uma inscrição dedicada ao Génio do mercado, em cumprimento de um voto, por *Flavius Urbicio*,^{II} conhecida desde o séc. XVIII, dada como proveniente da Sé catedral (Argote 1732-34; 227), entretanto, desaparecida.

Para além de remodelações intermédias, deduzidas de repavimentações, merece destaque uma reforma ocorrida no edifício, entre os finais do séc. III / inícios do IV (Fontes *et alii* 1997-98), que o transforma numa construção rectangular, com orientação E/O, com cerca de 80 pés de largura (23,30m), por cerca de 100 pés de comprimento (29,50m), que regista um pavimento de *opus signinum*. O edifício parece dividir-se em três naves marcadas por pilares. Nesta fase mantem-se em funcionamento o pórtico poente, o qual regista, também, um pavimento de *opus signinum*.

II CIL II, 2423=ILER, 547.

BRACARA AUGUSTA

4.1.4. O teatro

Entre 1998-99 quando se procedia à escavação do sector NO da área correspondente à *palaestra* das Termas do Alto da Cidade, fomos surpreendidos com a descoberta de uma maciça estrutura semi-circular, com poderosos contrafortes, circundada por uma calçada de circulação exterior, cujas características sugeriam estarmos em presença de um teatro.

A necessidade de concluir a escavação das termas, em 1999, impediu-nos de avançar a escavação para além dos limites da *insula*, reservando-se para um futuro próximo a escavação da área a norte, onde se prolonga a estrutura, como tivemos oportunidade de confirmar em sondagens realizadas em 2000.

Até ao momento os dados disponíveis sobre esta importante construção estão reduzidos à parte escavada, no limite NO da *palaestra* das termas (Martins e Silva 2000) e aos resultados da sondagem de 2000, realizada na *insula* imediata, que confirmaram o prolongamento para norte do alicerce do muro perimetral, bem como da calçada que o acompanha.

Em favor da interpretação desta estrutura como teatro, pese embora a reduzida área descoberta da mesma, jogam, quer as características topográficas do local onde se implanta, que constitui o remate da plataforma superior da colina, que se desenvolve em anfiteatro até à plataforma inferior, quer a própria natureza da estrutura. Tanto os elementos disponíveis, como a curvatura do muro permitem restituir o seu hipotético arco, facto que reforçou a interpretação da estrutura como teatro, tendo em conta as prováveis dimensões da estrutura.

A parte descoberta do muro perimetral do teatro, identificada numa extensão de 15 m, revela uma largura média de cerca de 4 m, apresentando um poderoso enchimento de pedras misturadas com argamassa de saibro e argila, revestido por dois paramentos diferenciados. O paramento interior possui um aparelho muito tosco, de pedras de dimensão e talhe irregulares, o que sugere que não se destinaria a ser visível. Conserva uma altura máxima de 1,50 m, assentando directamente sobre enchimentos que inutilizam as estruturas anteriores, pertencentes ao edifício pré-termal.

O paramento externo, conservado de forma descontínua, devido a saques de pedra, revela um cuidado e regular aparelho de *opus vittatum*. A parte conservada mostra que o paramento externo assentava na rocha, cuidadosamente nivelada para

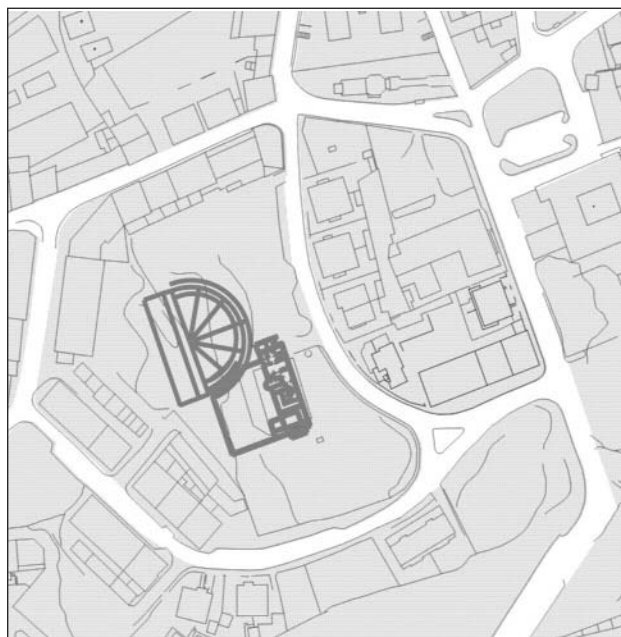


Fig. 10. Projecção do teatro anexo ao edifício das termas, inseridos na hipotética malha urbana.

o efeito, encontrando-se a mesma cortada em degraus, de modo a permitir que o muro vencesse o acentuado desnível do terreno. A altura máxima conservada do muro é de cerca de 2 m. A intervalos regulares, de cerca de 11,50 m (cerca de 40 pés), encontramos os contrafortes, com 1,20 m de largura. Destes, conservam-se dois, sendo perceptível os locais onde se implantavam outros dois completamente saqueados, sendo visível, todavia, o seu alicerce, constituído por um nível de pedra miúda, sobre o qual assentavam os blocos que compunham os contrafortes. Tendo por base o contraforte que se encontra melhor conservado, sabemos que possuíam 1,20 m (4 pés) de largura, por 0,90 m (3 pés) de espessura. Eram compostos por fiadas de grandes silhares almofadados com 1,20 m x 0,45 m x 0,20 m, dispostos verticalmente, ou transversalmente. Entre aqueles silhares dispõem-se blocos de aparelho isódomo.

Tendo em conta os enchimentos da vala de fundação do muro podemos datá-lo dos inícios do séc. II.

Circundando externamente o muro perimetral do teatro, dispõe-se uma calçada que se desenvolvia em escadaria, marcada pelo nível de assentamento dos contrafortes, ligando as duas plataformas da colina, com cerca de 5 m de diferença de cota. Esta calçada está limitada, a sul, por um muro, que limitava a *palaestra* das termas (Martins 2000b). Trata-se de um muro de tendência circular, que acompanha a curvatura do muro perimetral do teatro. A parte conservada assenta sobre o entulhamento de um tanque, pertencente ao edifício pré-termal,

BRACARA AUGUSTA



Fig. 11: Perspectiva do paramento exterior de um dos torreões da muralha.

sobrepondo-se parcialmente ao lado sul daquela estrutura. O muro acompanha a inclinação do terreno e assenta directamente na rocha, tendo sido descoberto numa extensão de 22 m. Revela-se muito irregular, quer na altura conservada, a qual chega a atingir 1 m, quer na largura, que oscila entre os 0,50 / 0,60m. O aparelho é também bastante irregular, por vezes muito tosco o que indica que estaria parcialmente soterrado. A sua cronologia é sugerida pelos materiais correspondentes ao entulhamento do tanque e pelo enchimento da vala de fundação do muro, podendo ser datado, tal como a calçada, dos inícios do séc. II.

A desafecção do teatro deve ter-se iniciado em finais do séc. III / inícios do IV, uma vez que em meados do séc. IV parte dele foi coberto por um extenso solo de terra batida que acompanha também toda a fachada oeste das termas. O estado de arrasamento do edifício, perceptível pela parte descoberta do mesmo, sugere que deve ter sido desmontado para a obtenção de pedra, parte da qual terá sido seguramente utilizada na construção da muralha erguida na mesma época.

4.1.5. O anfiteatro

Bracara Augusta possuiu um anfiteatro, hoje totalmente soterrado e parcialmente destruído. Testemunhos que comprovam a sua existência são as referências a ele feitas pelos eruditos bracarenses dos séculos XVII e XVIII, particularmente D. Rodrigo da Cunha (1634) e Jerónimo Contador de Argote (1728; 1732-34). Ao primeiro é devida a expressa menção da existência, na paróquia de S. Pedro de Maximinos, de um meio círculo, lugar onde estava o anfiteatro (Cunha 1634). J. Contador de Argote é ainda mais preciso na sua localização, afirmando que se encontrava no sítio da antiga igreja de S. Pedro de Maximinos, referindo que era redondo e que, no tempo de D. Rodrigo da Cunha, ainda se apreciavam vestígios claros da sua “fábrica” (1732-34). O texto de Argote deixa perceber que, na sua época, as ruínas do edifício eram já difíceis de perceber. A última referência escrita ao

anfiteatro surge pela mão de Pereira Caldas, reportando-se a 1852, constando de um roteiro sobre as obras artísticas que a rainha D. Maria I e o Príncipe D. Fernando poderiam ver na viagem ao Distrito de Braga. Nele se referem “*os restos escassos que ainda apparecem, nas escavações, d’antigo amphitheatro romano*” (Caldas 1852).

Tendo seguramente deixado de ser visível na segunda metade do séc. XIX, altura em que também foi destruída a antiga igreja de S. Pedro de Maximinos, a localização aproximada deste anfiteatro pode ser estimada com base na análise da fotografia aérea. O ensaio realizado por Rui Morais sobre os fotogramas de 1964, resultaram na confirmação da existência de um meio círculo, correspondente a uma grande estrutura soterrada, situada no eixo da R. de S. Sebastião, cujo traçado corresponderia, aproximadamente, ao decumano máximo oeste de *Bracara Augusta* (Morais 2001, figs. 3, 4, 5 e 6).

Considerando a localização deste importante edifício lúdico, não deixa de ser sugestivo correlacionar o seu alinhamento com o teatro, recentemente identificado na colina do Alto da Cividade, sendo igualmente de salientar que ambos os edifícios se encontram no eixo do *forum* e do decumano máximo oriental.

Tendo em conta que a construção do teatro data dos inícios do séc. II, parece-nos aceitável admitir a mesma cronologia para a construção do anfiteatro, considerando a natureza lúdica dos dois equipamentos. De facto, ambos constituem importantes elementos de prestígio das cidades e veículos de expressão ideológica que permitiam, nas cidades provinciais, a reprodução das grandes manifestações de vida pública romana, como eram os *munera* e os *ludi scaenici* (Fuentes Domínguez 2000). Por outro lado, a articulação visual dos dois edifícios, de acordo com a sua topografia, sugere terem sido concebidos como elementos interligados na cenografia da cidade, facto que reforça a ideia da sua construção mais ou menos simultânea.

Hoje soterrado e sobreposto por várias construções, este grande equipamento deverá ter sido bastante arrasado, sendo possível que tenha servido de pedreira para a cidade medieval e moderna. No entanto, estamos em crer que, tal como aconteceu com o teatro do Alto da Cividade, o anfiteatro pode ter sido abandonado nos finais do séc. III / inícios do IV, tendo-se iniciado, então, o seu desmonte para obtenção de material para a construção da muralha.

BRACARA AUGUSTA

4.1.6. A muralha do Baixo-Império

A realização de diversas escavações em vários locais periféricos da cidade de Braga, a partir dos anos 80, tendo em vista confirmar o traçado de uma muralha romana, referida pelos eruditos bracaraenses, permitiu não só confirmar parte do traçado sugerido para aquela fortificação, por José Teixeira, em 1910, como verificar que a muralha de *Bracara Augusta* tinha características semelhantes às das restantes cidades do NO, como Lugo, Astorga e Gijon (Fernández Ochoa 1997b).

Os resultados mais significativos para o estudo da muralha foram obtidos nas extensas escavações realizadas na zona do Fujacal¹², local onde foi posto a descoberto um extenso pano de uma poderosa fortificação, cuja fundação data de finais do séc. III / inícios do IV. A estrutura é bastante robusta, oscilando a sua largura entre os 5 e os 6 metros, exibindo um aparelho irregular, resultante de reparações, algumas das quais feitas já nas épocas medieval e moderna¹³. O paramento interno corresponde à face externa de um muro, com uma largura de cerca de 0,90 m. Por sua vez, o paramento externo limita o poderoso enchimento da muralha, estruturado e estratificado em camadas de grandes pedras transversais, dispostas sobre outras compostas por pedra miúda, seixos, tijolo partido, argila e areão granítico. (Fig. II).

Neste sector da cidade foram ainda descobertos dois torreões semi-circulares, que se encontram conservados apenas ao nível dos alicerces, revelando um diâmetro aproximado de 3,20 m. Os alicerces dos torreões encaixam no solo natural, revelando um raio externo composto por blocos talhados em cunha, com uma face exterior pronunciadamente encurvada, de modo a conferir a circularidade da estrutura e um rigoroso nivelamento da mesma. Um dos torreões, revelou restos do paramento exterior em *opus quadratum* (Fig. II). Uma técnica construtiva semelhante foi igualmente observada no torreão identificado na R. dos Bombeiros Voluntários, muito embora não se conservem aí vestígios do paramento exterior.

Nas escavações realizadas no edifício da Sé

Catedral foram igualmente postos a descoberto vestígios da muralha romana, que revela, aí, um enchimento semelhante ao observado no tramo da Quinta do Fujacal, registando um paramento exterior de grandes blocos de *opus quadratum* (Fontes *et alii* 1997-98). Um outro tramo do sector norte da muralha foi observado numa intervenção arqueológica realizada numa casa da R. D. Paio Mendes.

Outras intervenções realizadas em zonas periféricas da cidade, com carácter mais pontual, permitiram definir com maior precisão o traçado da muralha, precisar a sua cronologia e confirmar as suas características construtivas.

Sabemos, assim, que a muralha de *Bracara Augusta* seria rodeada de torreões. Para além daqueles que foram identificados na Quinta do Fujacal, foi detectado um outro no cruzamento da R. dos Bombeiros Voluntários com a Rodovia (Lemos *et alii* 2003),

Sabemos, também, que a construção desta muralha sacrificou edifícios, cujos materiais foram usados na própria fortificação. No entanto, persistiu em *Bracara Augusta* a ocupação de algumas áreas extramuros, confirmada, por exemplo, pela cronologia tardia da habitação identificada sob o actual café / snack das Frigideiras do Cantinho, seguramente ocupada ao longo de todo o século IV (Martins 2000)

Tendo em conta que os dados disponíveis sobre a muralha foram obtidos em escavações de salvamento, não resultando de um programa de intervenção com vista à detecção e estudo deste importante equipamento urbano, são numerosas as questões que permanecem em aberto.

Por resolver estão ainda problemas de cronologia, relativos às sucessivas reparações da estrutura, quer ainda ao seu abandono definitivo. Outra questão em aberto relaciona-se com as portas da muralha, sobre as quais nada sabemos, quer relativamente à sua localização, quer ao seu número. Sendo presumível que a muralha possuísse quatro portas, abertas nos eixos principais de circulação, não deixa de ser possível a existência de outras, com carácter secundário. Por outro lado, se a identificação de

¹³ A primeira intervenção realizada neste local data de 1983, altura em que aí foi identificada a existência de uma robusta estrutura, com um paramento interno, cujas características apontavam para uma datação medieval (Delgado *et alii* 1984). Nos anos 90 foram reiniciados os trabalhos, que se prolongaram até 1998 (Lemos e Leite no prelo).

¹⁴ Tudo indica que a muralha estaria ainda visível na Idade Média, acabando por servir como muro de contenção de terras, como documentam os sucessivos aterros contra o seu pano interior. O próprio circuito da muralha viria a ser usado como caminho, até épocas recentes.

BRACARA AUGUSTA

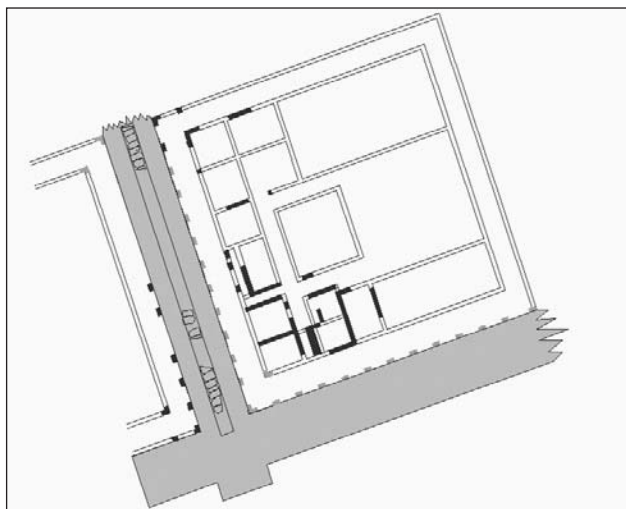


Fig. 12. Planta simplificada das estruturas encontradas no logradouro do edifício do Ex-Albergue Distrital. São visíveis os pórticos, ladeando as construções de ambos os lados da rua, sob a qual corre a cloaca.

três torreões constitui uma prova em favor de uma tipologia de muralha semelhante à de Lugo, Astorga ou Gijon, permanece por esclarecer, quer a modulação, quer a razão de ser da variabilidade dos diâmetros dos torreões.

Finalmente, parece-nos que a definição rigorosa do traçado da muralha constituirá ainda um problema em aberto durante muito tempo, pois a sua rigorosa confirmação exigiria um projecto de escavação sistemática em vários locais do perímetro da antiga cidade romana. De facto, alguns dados permitem sugerir que a muralha se desenvolveria em troços rectilíneos, o que lhe conferiria uma forma poligonal, em vez de elíptica, como é tradicionalmente sugerido (Lemos *et alii* 2003).

Tendo em conta as características e cronologia da muralha de *Bracara Augusta*, que se insere no estilo legionário hispânico, com paralelos noutras províncias ocidentais, designadamente na Gália, Germânia e Britânia, é de supor que a sua construção se insira numa política edilícia geral, determinada por Roma para a defesa militar do ocidente do Império (Fernández Ochoa 1997b). Tal facto poderia pressupor que a sua construção tivesse beneficiado de financiamento imperial, bem como de uma planificação feita por engenheiros militares. Por outro lado, tendo em conta a homogeneidade da obra, observada em vários locais do seu perímetro, tudo aponta para que a muralha tenha sido construída de forma continuada, como projecto único, sendo quase certo que nela foram usados materiais resultantes do desmonte de habitações, mas, também, de alguns grandes edifícios públicos, como seria o caso do teatro e do anfiteatro.

A construção da muralha alterou por completo a configuração da cidade alto-imperial, que presumimos de forma rectangular. A cidade que emergiu após a construção da muralha é uma cidade fechada, acessível apenas pelas portas, ainda não detectadas. Tal facto implicou a perda de funcionalidade de muitos dos anteriores eixos viários, situação que favoreceu a ocupação privada destes espaços, que se enchem de construções que se articulam com o edificado pré-existente. Muito embora seja impossível estimar, de momento, por falta de dados arqueológicos, qual o impacto da construção da muralha sobre o urbanismo de *Bracara Augusta*, parece evidente que a sistemática construção dos anteriores eixos viários e dos pórticos terá alterado a configuração das *insulae* alto-imperiais, sendo possível que as áreas habitacionais da cidade se tenham tornado mais compactas, com reduzidos espaços de circulação entre as casas.

4.2. Arquitectura privada

Pese embora o elevado número de vestígios de habitações identificadas até ao momento nas escavações, o exemplar mais elucidativo da arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* está representado na zona arqueológica das Carvalheiras, onde foi posta a descoberto a única planta integral de uma casa (Martins 2000a)

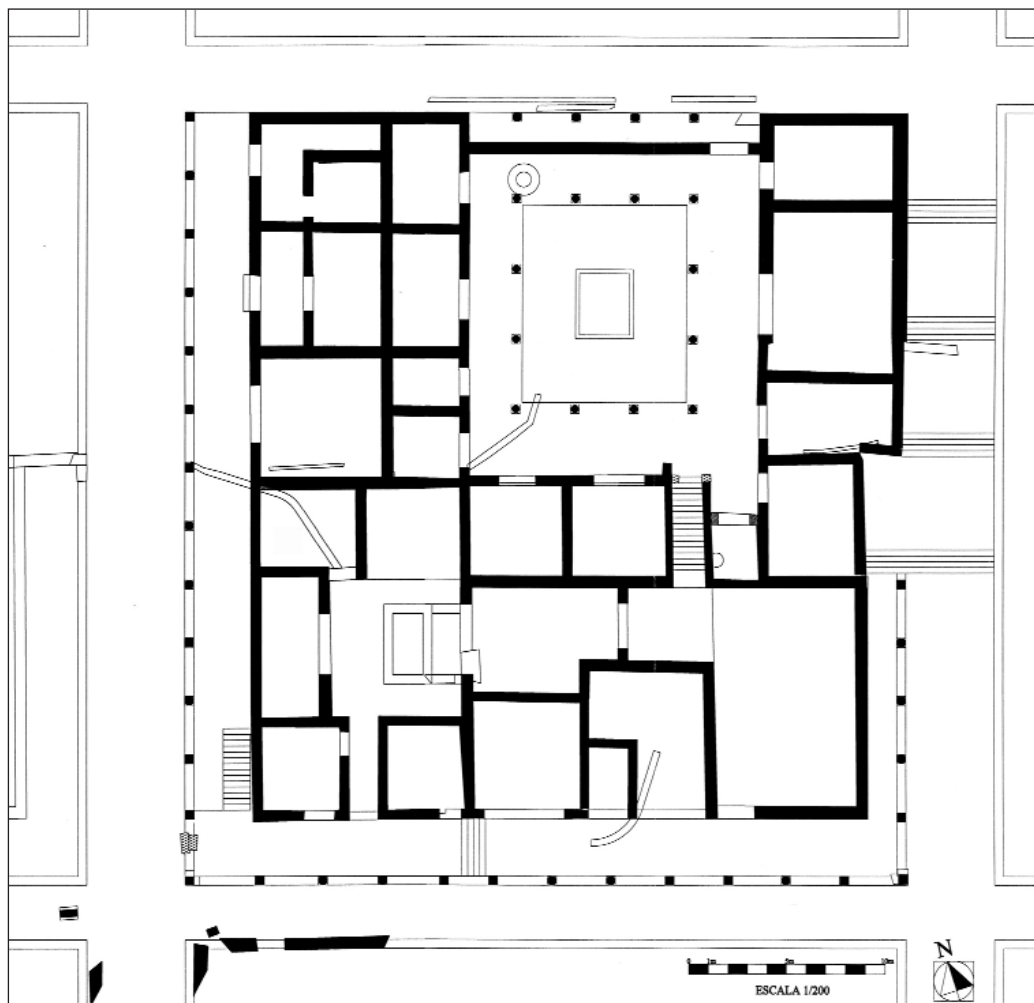
Considerando a recorrência dos elementos construtivos que tipificam os contextos domésticos, mau grado a natural heterogeneidade das suas plantas, impossível de avaliar no presente, a casa das Carvalheiras surge-nos como protótipo da habitação urbana corrente de *Bracara Augusta*. De facto, ela representa um notável exemplo da arquitectura urbana privada e do modo como se organizavam as áreas residenciais da cidade romana, oferecendo características urbanísticas e arquitectónicas que vêm sendo registadas noutras locais de Braga (Martins 2000). Entre essas características destacamos os pórticos que ladeiam as ruas e as numerosas lojas que se instalavam ao longo das fachadas, no piso térreo das casas (Fig. 12).

A casa das Carvalheiras insere-se numa área residencial situada no sector noroeste da cidade romana, relativamente perto do *forum* (Martins 1997-98; 2000b)

As escavações do conjunto iniciaram-se em 1983 (Delgado e Lemos 1985; 1986), tendo sido realizadas de forma descontinuada e apenas concluídas em 2000. A preservação do terreno e a escavação integral da área disponível permitiu pôr a descoberto

BRACARA AUGUSTA

Fig. 13: Planta da casa das Carvalheiras. Fase I



a totalidade de um quarteirão residencial, limitado por quatro ruas, sendo perceptíveis, nos limites da área escavada, muros de *insulae* adjacentes. No ano de 2002 foi escavada parte da *insula* situada a nascente, tendo sido possível observar o prolongamento dos eixos, quer do pórtico, quer da rua sul, bem como a rua este que separava inicialmente os dois quarteirões.

Muito embora as escavações na zona das Carvalheiras tenham revelado materiais datáveis da primeira metade do séc. I da nossa era, desconhece-se que tipo de construção poderá estar associada a uma ocupação desse período. Com efeito, os mais antigos vestígios de construções presentes no local datam do último quartel daquele século, podendo-se afirmar que a casa das Carvalheiras foi erguida na época flávia.

Adaptando-se à topografia do terreno, desenvolve-se em dois planos distintos, interligados internamente por escadas, revelando uma métrica rigorosa que obedece aos típicos cânones vitruvianos (Silva 2000).

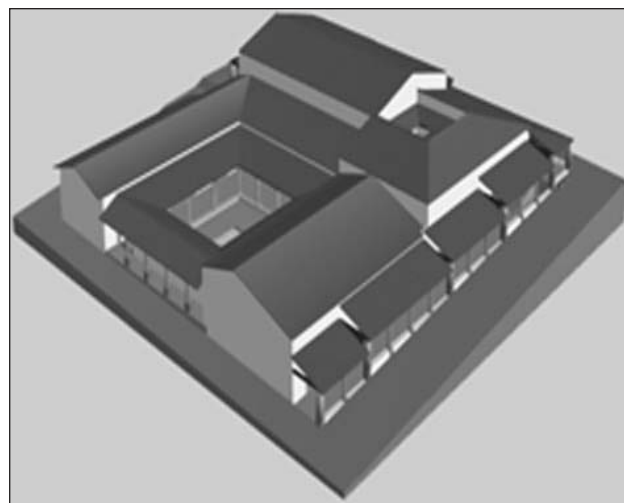


Fig. 14. Modelo 3D da casa das Carvalheiras (Fase I), segundo restituição do arquitecto Rui Silva (laboratório multimédia da UAUM).

Na primeira metade do séc. II a casa da Carvalheiras sofreu uma primeira reforma que afectou todo o seu quadrante noroeste. Na origem desta reforma, que define uma segunda fase construtiva do conjunto

Fig. 15. Planta das Carvalheiras, Fase II.

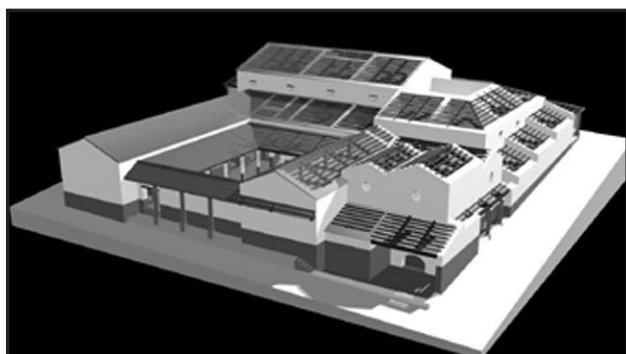
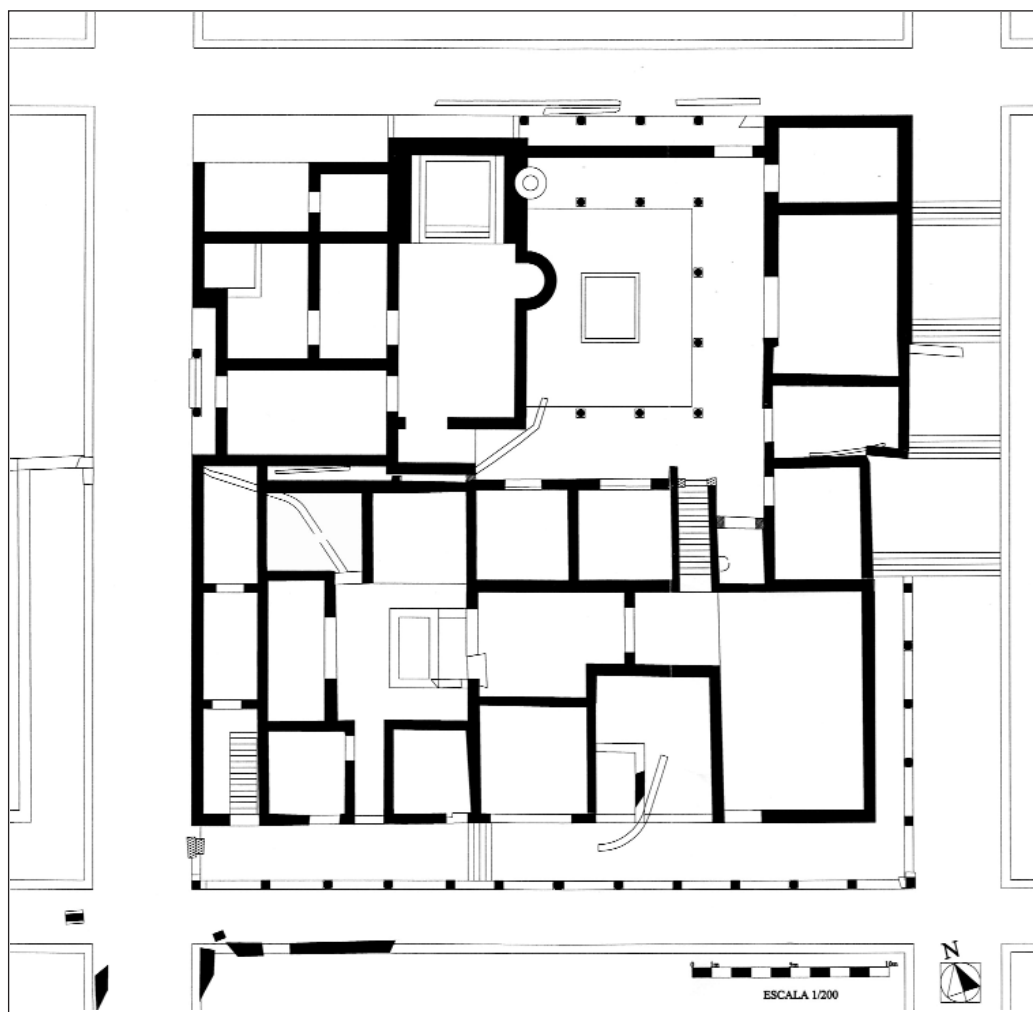


Fig. 16: Modelo 3D da Casa das Carvalheiras (Fase II), segundo o arquitecto Rui Silva (laboratório multimédia da UAUM).

habitacional, esteve a construção de um balneário integrado na estrutura da primitiva habitação.

Nos finais do séc. III / inícios do IV, a habitação conheceu uma profunda remodelação. A construção parece manter-se ocupada até aos finais do século IV, inícios do V, altura em que terá sido definitivamente abandonada.

4.2.1. A Fase I

O primeiro projecto arquitectónico está definido por uma grande habitação que ocupa uma área de 1156m^2 (110 x 120 pés), dos cerca de 1367m^2 , correspondentes à área total do quarteirão (Silva 2000) (Fig. 13).

Estamos em presença de uma elegante construção de forma aproximadamente quadrada, que pode ser dividida em duas áreas funcionais diferenciadas, bem marcadas pelo desnível de cerca de 3 m de altura entre a plataforma norte (mais baixa) e a plataforma sul (mais alta). Tal desnível foi resolvido através da construção de um muro interior, erguido aproximadamente a meio da habitação. Ambas as plataformas definem espaços funcionais autónomos, com entradas próprias que assinalam a diferenciação funcional das áreas, muito embora se encontrem ligados por uma escada interior (Martins 1997-98; Silva 2000). (Fig. 13).

A casa das Carvalheiras ergue-se como um volume sólido e estável, de paredes de granito, solidamente implantada na rocha.

BRACARA AUGUSTA



Fig. 17: Panorâmica das ruínas da casa das carvalheiras, vista de norte.

A espessura dos muros mais representativos oscila entre 0,45 m e 0,48 m nas paredes interiores (1,5 pés) e 0,51 m e 0,56 m nas exteriores, valores que as aproximam da medida de 2 pés.

Bem documentados estão os silhares que suportavam as colunas, quer nos pórticos exteriores, quer em volta do peristilo. Trata-se de blocos de granito predominantemente quadrados (0,45 m x 0,45 m).

A habitação das Carvalheiras obedece a uma métrica rigorosa, verificando-se a utilização de dois módulos dominantes. O módulo de 10 pés (2,96 m) caracteriza a estrutura dos pórticos exteriores, estando presente tanto na largura e altura dos mesmos, como no distanciamento entre os eixos das colunas. Por sua vez, o porticado do peristilo oferece uma modulação alternada de 10 e 12 pés, quer na altura, quer ainda entre os eixos das colunas que o compunham. Nos lados menores domina o módulo de 10 pés, enquanto nos lados maiores o módulo é de 12 pés (Silva 2000).

A casa das Carvalheiras era servida por duas entradas, uma a sul, com acesso directo ao átrio e salas envolventes e outra a norte, com entrada directa para o peristilo e compartimentos que se erguem em torno deste vasto espaço aberto (Fig. 13).

Pela entrada sul, servida por um pequeno corredor que comunicava com um compartimento que presumimos corresponder a uma loja, acedia-se ao interior do átrio aberto, em torno do qual se desenvolvia um conjunto de espaços de recepção. Uma escada dava acesso ao peristilo, em torno do qual se situava a parte mais privada da habitação. Os compartimentos a nascente parecem associar-se a actividades de recepção e alimentação. As salas situadas na parte sul do peristilo, poderão corresponder a salas de recepção, muito embora seja possível que existisse inicialmente apenas uma única sala, posteriormente dividida. No lado poente, os



Fig. 18: Perspectiva da área porticada do peristilo de uma casa escavada no Largo S. João do Souto.

compartimentos alinhados NO/SE corresponderiam a *cubiculae* (Martins 1997-98; Silva 2000).

No conjunto do peristilo merece destaque a existência de um poço que estaria integrado no pórtico norte, o qual persistiu como elemento importante da construção ao longo da sua ocupação. Trata-se de uma estrutura de cuidada alvenaria, cujo aparelho revela características típicas das construções da época flávia.

No exterior, a casa encontra-se limitada por ruas, cujas pendentes, entre os 2 e 3%, acompanham a morfologia do terreno.

Ladeando as ruas sul e oeste desenham-se eixos de circulação pedonal porticados, com 10 pés de largura, que compensariam os desníveis do terreno através de pequenos lances de escadas.

Um conjunto de lojas (*tabernae*), abria-se nas fachadas sul e oeste da casa, com acesso directo a partir dos respectivos pórticos que acompanhavam as ruas.

No lado norte não foi reconhecida a existência de lojas. Tendo em conta os elementos disponíveis é possível admitir a existência de uma fachada recuada, encerrada por um pequeno pórtico, onde se localizaria a entrada norte da habitação, com acesso directo ao peristilo. Acompanhando esta fachada, ao longo da rua, existe uma canalização que recolheria a água das chuvas, drenando para oeste (Martins 1997-98).

A fachada este, que acusa um forte declive, vencido ao nível da rua por escadas, estaria definida por dois muros cegos. Na parte sul desta fachada poderia existir um estreito pórtico (Silva 2000).

4.2.2. A Fase II

A casa das Carvalheiras foi remodelada na primeira metade do séc. II para instalação de um bal-

BRACARA AUGUSTA

neário, construído no quadrante noroeste. Para o efeito foram sacrificadas as lojas desse sector que se abriam ao pórtico oeste, bem como os *cubicula* que se localizavam a oeste do peristilo (Fig. 15).

O balneário irá ocupar praticamente um quarto da área da construção, sendo definido por um conjunto de compartimentos frios e aquecidos, os últimos dos quais muito destruídos, não se conservando restos significativos dos hipocaustos que formavam os subsolos do *caldarium* e do *tepidarium* (Martins 1997-98). Conservam-se apenas as marcas das tijoleiras que formavam a *area* dos hipocaustos, sendo de destacar a presença, nos níveis de demolição da estrutura, de abundante material laterício, que permitiu reconstituir algumas das características construtivas do balneário que obedece aos cânones típicos deste tipo de equipamentos (Nielsen 1990; Rebuffat 1991).

Sabemos, assim, que os hipocaustos eram constituídos por *pilae* e que as salas aquecidas possuíam uma cobertura de abóbadas de tijoleiras argamassadas. Estas seriam posteriormente cobertas por telhado de duas águas. Por sua vez, a identificação de *tubuli latericii*, nos níveis de destruição, permite-nos saber que, pelo menos, as paredes do *caldarium* possuíam tubuluras, por onde circulava o ar quente.

Melhor conservadas estão as salas frias que conservam um espesso solo de *opus signinum*.

O balneário ocupa uma área útil de 190m², apresentando-se como um bloco compacto de quatro salas que permitiam cumprir o circuito de banhos recomendado, sendo servido por duas pequenas áreas de apoio, localizadas a norte (Silva 2000) (Fig. 16).

4.2.3. As remodelações tardias

As características da casa, adquiridas com a instalação do balneário, em meados do séc. II, parecem manter-se até finais do séc. III / inícios do IV, altura em que ocorreram algumas significativas remodelações na estrutura. Estas encontram-se bem definidas, do ponto de vista construtivo, por um conjunto de muros que revelam um aparelho irregular e pouco cuidado. Os muros deste período encontram-se bem representados na área envolvente do peristilo, sobretudo nos lados este e sul. Também a fachada oeste voltou a ser remodelada, sendo de destacar, como aspecto marcante das reformas deste período, a invasão da rua oeste com construções, facto que a torna mais estreita, sendo igualmente notória a construção de muros

que começam a fugir aos alinhamentos anteriores (Martins 1997-98) (Fig. 17).

Muito embora as remodelações ocorridas neste período não se encontrem ainda completamente esclarecidas, parece-nos indiscutível a preocupação em fechar os compartimentos envolventes do peristilo com pesadas portas, conservando-se bem alguns dos elementos de arquitectura que definiam os limites dessas portadas. Referimo-nos às soleiras dos compartimentos feitas de grandes blocos de granito, que revelam os rasgos para encaixe das portas e trancas verticais. Conservadas encontram-se igualmente várias ombreiras laterais, também elas constituídas por pesados elementos de granito, com encaixes para trancas horizontais.

As características das portadas dos compartimentos referidos, mais adequadas a lojas do que a compartimentos interiores de uma habitação sugerem-nos uma mudança na funcionalidade do espaço envolvente do peristilo.

Admitindo-se a continuidade de utilização do balneário e as reformas referidas, julgamos que esta parte da habitação se transformou em área pública, ainda que mantendo a sua configuração original. Aparentemente, apenas a parte sul da casa terá continuado a ser utilizada com funções de residência, mantendo, também, as características herdadas do período anterior.

Tudo indica que o conjunto sofreu algumas remodelações ao longo do séc. IV, que parecem articular-se com a desafecção progressiva de alguns espaços. Num compartimento, dentro da vala de fundação do muro norte, na área correspondente à soleira, foram enterradas, em meados do séc. IV, cerca de 45 000 moedas de bronze, a maior parte das quais cunhadas no tempo do imperador Constantino.

O abandono definitivo da construção poderá ser situado entre finais do séc. IV, inícios do século V.

5. Considerações finais

As intervenções arqueológicas realizadas em Braga nos últimos vinte e cinco anos no âmbito do projecto de *Bracara Augusta* trouxeram à luz do dia vestígios significativos que permitiram documentar, quer a estrutura da cidade, quer tipificar alguns dos seus equipamentos públicos e privados.

Sem dúvida que um dos contributos mais importantes da Arqueologia Urbana se situa no reco-

BRACARA AUGUSTA

nhecimento de que *Bracara Augusta* foi uma cidade que mereceu uma planificação precoce, quer no que respeita à ordenação dos seus eixos viários, quer na rigorosa definição dos seus quarteirões, que vêm revelando dimensões muito similares, quer ainda na criação de infra-estruturas de saneamento. Se persistem ainda dúvidas relativamente à cronologia precisa do plano ortogonal da cidade, pelas razões que apresentamos anteriormente, parece não restar dúvidas de que *Bracara Augusta* terá conhecido um único plano urbanístico que abarcou uma área extensa, embora ainda não completamente delimitada, cujo centro se situa na zona onde tradicionalmente se admite estar localizado o *forum* administrativo da cidade. Por outro lado, pese embora a escassez de construções conhecidas do período pré-flávio, tudo leva a crer que a área situada nas imediações do *forum* foi a primeira a ser ocupada, muito embora ao longo da dinastia júlio-claudia deva ter existido uma ocupação progressiva de toda a área urbana, conforme está documentado pela dispersão dos materiais.

Se as características da arquitectura são ainda largamente desconhecidas, parece-nos, entretanto, indiscutível, a qualidade de alguns dos edifícios já estudados. Por sua vez, as construções públicas identificadas, ainda que não escavadas, parecem sugestivas da importância que *Bracara Augusta* terá assumido no contexto do programa de urbanização do NO, iniciado por Augusto. (Fig. 18).

Se é certo que a fundação da cidade parece registar um marcado cunho ideológico e uma forte ligação à figura de Augusto e respectiva família (Le Roux 1975; Tranoy 1980), facto que parece constituir uma tónica dominante na afirmação do fenómeno urbano nas províncias ocidentais (Keay 1995),

o desenvolvimento da cidade e os posteriores programas de obras, em particular aquele que parece reorganizar a parte central do núcleo urbano, datável entre a época flávia e os antoninos, configuram-se largamente devedores da importância administrativa e económica que *Bracara Augusta* protagonizou no contexto regional e provincial. A intensa actividade edilícia assinalada entre finais do séc. I / inícios do II surge-nos, assim, como uma expressão da capacidade que as elites bracarense tiveram em exprimir a sua lealdade ao estado romano, dotando a cidade de equipamentos carismáticos, como o teatro e o anfiteatro.

Apesar da natureza fragmentária dos dados disponíveis temos que reconhecer que o urbanismo de *Bracara Augusta* tem que ser olhado como um processo dinâmico, alimentado por sucessivos e diferenciados projectos edilícios, que foram estruturando um tecido urbano sucessivamente retocado ao longo dos séculos. Se é verdade que a Arqueologia não logrou ainda fornecer-nos senão evidências descontínuas desse processo, também é certo que só ela poderá descobrir os elementos que nos permitam ir restituindo a evolução e transformação sofridas pela cidade ao longo da sua ocupação.

Mau grado o nosso desconhecimento relativo aos complexos construtivos fundamentais da cidade romana, designadamente do *forum*, o qual não foi ainda objecto de estudo, entendemos que os dados disponíveis permitem considerar *Bracara Augusta* como um exemplar urbano revelador do bom nível de integração das populações indígenas da área meridional do NO peninsular, facto que poderá ter determinado o seu protagonismo no Baixo-Império e a sua promoção a capital provincial ao tempo de Diocleciano.

BRACARA AUGUSTA

Bibliografia

- Adam, Jean-Pierre (1996). *La construction Romaine*, Grands Manuels Picard, Paris, 3^a ed.
- Alarcão, J. (1988) *Roman Portugal*, Warminster: Aris e Philips Ltd.
- Alföldy, G. (1966). Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta, *Revista de Guimarães*, vol. VXXVI, n^os 1-2, Guimarães, pp. 363-372
- Amaral, Luís Coutinho (no prelo), *As moedas das Carvalheiras*, Cadernos de Arqueologia – Monografias, Braga
- Argote, J. Contador (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa
- Argote, J. Contador (1732-34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa
- Centeno, R. (1987). *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática
- Cunha, D. R. da (1634). *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Braga
- Degbomont, Jean-Marie (1984). *Le chauffage par hypocauste dans l’habitat privé: de la Place St. Lambert à Liège à l’Aula Palatina de Trèves*, ERAUL – Études et Recherches Archéologiques de l’Université de Liège, 17, Liège.
- Delgado, M.; L. A. T. Dias; F. S. Lemos e A. Gaspar (1984). Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983), *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 95-106.
- Delgado, M. e F. Sande Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 159-176.
- Delgado, M. e F. S. Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- Dias, L. A. Tavares (1997). *Tongobriga*, IPPAR, Lisboa
- Dopico Caínzos, M. D. (1986). Los conventus iuridici. *Orígenes, cronología, y naturaleza histórica*, *Gérion*, 4, pp. 265-283.
- Dopico Caínzos, M. D. - (1988). *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria
- Fabião, C. (1993). O povoamento proto-histórico e romano, in Matoso, J. Dir., *História de Portugal*, I, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 76-299
- Fernandez-Ochoa, C. (1997a). Las termas de Gijón (Asturias), in *Hispania Romana. Desde Tierra de Conquista a Provincia del Imperio*, Electa, Roma, pp.181-187
- Fernandez-Ochoa, C. (1997b). *La Muralla romana de Gijón (Asturias)*, Electa, Gijón.
- Fernández Ochoa, Carmen e Ángel Morillo Cerdán (1999). *La tierra de los astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturia*, Ed. Trea, S.L.
- Fontes, L., F. S. Lemos; M. Cruz (1997-98). “Mais velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 2^a série, 14-15, Braga, pp.137-164
- Fuentes Domínguez, A. (2000). Las termas en la antigüedad tardía: reconversión, amortización, desaparición. El caso hispano. In Fernández Ochoa, C. ; García Entero, V., eds. - *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón 2000. Série Património, 5. Gijón. pp. 131-145.
- García Marcos, V. e J. M. Vidal Encinas (1996). “Asturica Augusta”: recientes investigaciones sobre su implantación y desarrollo urbano, *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad*, Gijón, pp. 135-145
- Gaspar, A. (1985). Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga. pp. 51-125.
- Grenier, A. (1960). *Manuel d’Archaeologie Gallo-Romaine, IV partie: Les Monuments des Eaux, Aqueducs – Thermes*, Paris, Ed. A. et J. Picard et Cie.
- Gros, P. (1996). *L’Architecture Romaine : du début du IIIe siècle av. J.C. à la fin du Haut-Empire, 1. Les Monuments Publics*, Col. Manuels d’Art et d’Archéologie Antiques, Paris, Picard éditeur.
- Keay, S. (1995). Innovation and adaptation: the contribution of Rome to Urbanism in Iberia, *Proceedings of the British Academy*, 86, pp. 291-337
- Krenker, D.; Kruger, E; Lehmann, H.; Wachtler, H. (1929). *Die Trierer Kaiserthermen*, Augsburg
- Le Roux, P. (1975). Aux Origines de Braga (Bracara Augusta), *Bracara Augusta*, C.M.B, Braga, pp. 155-157.

BRACARA AUGUSTA

- Le Roux, P. (1994). *Bracara Augusta*, ville Latine, in *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), SPAE, Porto, pp 229-241.
- Lemos, F. Sande (1999). O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Forum*, 25, pp. 81-94.
- Lemos, F. Sande e J. M. F. Leite (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, Braga, pp.15-38.
- Lemos, F. Sande; L. Fontes e J. M. F. Leite (no prelo). Intervenções em *Bracara Augusta*: sondagens na Cerca do Seminário de Santiago e na Rua Paio Mendes, in *Actas do IV Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Amadora
- Lemos, F. Sande e J. M. F. Leite (2003). A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga, in *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica (500-1500)* (Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000), pp. 121-132
- Martins, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga: Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.
- Martins, M. (1995). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.
- Martins, M. (1996a). A cidade como elemento romanizador: o exemplo de *Bracara Augusta*, in S. Reboreda Morillo, P. López Barja (eds) *A Cidade e o Mundo: Romanización e Cambio Social*, Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, pp. 181-201.
- Martins, M. (1996b). Povoamento e Habitat no NO português durante o 1º milénio a.C., *Catálogo da Exposição "A Idade do Ferro em Portugal"*, IPM, Lisboa, pp. 118-133.
- Martins, M. (1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 23-45
- Martins, M. (1999). A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de *Bracara Augusta*, in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola profissional de arqueologia, IPPAR, pp, 53-76.
- Martins, M. (2000). *Bracara Augusta. Cidade Romana*, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- Martins, M. (2000a). *A casa romana das Carvalheiras (Braga)*, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
- Martins, M. (2000b). *As termas romanas do Alto da Cividade*, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- Martins, M. (no prelo). Arqueologia Urbana em Braga: uma experiência multidisciplinar em busca de *Bracara Augusta*, *Actas do Ier Simposi Patrimoni i Turisme Cultural. Arqueologia viva de las Ciutats de l'Antiguitat*, Lèrida.
- Martins, M. e M. Delgado (1989-90). História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38
- Martins, M. e M. Delgado (1989-90a). As necrópoles de *Bracara Augusta*. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 41-186
- Martins, M., M. Delgado e J. Alarcão (1994). Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*: balanço dos resultados, in *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), SPAE, Porto, pp 303-319.
- Martins, M. e M. Delgado (1996). *Bracara Augusta*: uma cidade na periferia do Império, in C. Fernández Ochoa (coord) *Los finisterres atlânticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana. Actas del Coloquio Internacional*, Electa, Gijón, pp 121-127.
- Martins, M. e F. S. Lemos (1997-98). Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 14-15, Braga, pp. 9-21
- Martins, M. e P. Silva (2000). As termas públicas de *Bracara Augusta*, in C. Fernández Ochoa y V. Garcia Entero (eds), *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón, pp. 73-81
- Martins, M.; F. Sande Lemos e F. Pérez Losada (no prelo). O povoamento romano no território dos galaico-bracarense, in *Actas do Colóquio Internacional Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico*, Gijon, BAR
- Mateos Cruz, P. (2001). *Augusta Emerita*. La investigación Arqueológica en una ciudad de época romana, *Archivo Español de Arqueología*, 74, nºs 183-184, Madrid, pp. 183-208
- Morais, R. Manuel Lopes (1997-98). Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 47-136
- Morais, R. Manuel Lopes (1998) - *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*. Cadernos de Arqueologia, Monografias, nº 8, Ed. UAUM, Braga

BRACARA AUGUSTA

- Morais, R. Manuel Lopes (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, pp. 55-76
- Morais, R. M. Lopes. O comércio e a rede de transportes de *Bracara Avgvsta* no contexto do NW Peninsular (Elementos para o seu estudo)", *Ier Simposi Patrimoni i Turisme Cultural. Arqueologia viva de les ciutats de l'Antiguitat*, Lleida, 2001.
- Nielsen, I. (1990). *Thermae et Balnea. The Architecture and Cultural History of Roman Public Baths*, Aarhus.
- Nielsen, I. (1993). Roman Baths and Urban Society, in *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, Tarragona, pp. 308-309
- Perez Losada, F. (1992). Hipocaustos na Galícia Romana, in *Gallaecia*, 13, Facultad de Geografía e Historia, Santiago de Compostela, pp. 129-174.
- Rebuffat, R. (1991). Vocabulaire thermal. Documents sur le bain romain, *Actes de la table ronde Les Thermes romains*, C.E.F.R., 142, Roma 1-34
- Rickman, G. (1971). *Roman Graneries and Store buildings*, Cambridge Univesrity Press, London
- Rodríguez Colmenero, A. (1996a). La integración de la *Gallaecia* en los dominios romanos: fases de su conquista, in A. Rodríguez Colmenero (coord.), *Lucus Augusti. I. El amanecer de una ciudad*, La Coruña, pp. 245-264.
- Rodríguez Colmenero, A. - (1996b). La *tabula hospitalitatis* de la *civitas Lougeiorum*. ¿Documento genuino o falsificación?, in A. Rodríguez Colmenero (coord.), *Lucus Augusti. I. El amanecer de una ciudad*, La Coruña, pp. 301-316.
- Rodríguez Colmenero, A. e Covadonga Carreño, M. (1999). *Lucus Augusti*, Capital romana del finisterre hispánico, in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola Profissional de arqueologia, IPPAR, pp, 115-132.
- Sastre Prats, I. (1998) *Formas de dependencia social en el Noroeste peninsular (Transición del mundo Preromano al Romano y Época Altoimperial)*, Instituto de Estudios Bercianos, Ponferrada.
- Sevillano Fuertes, A. E Vidal Encinas, J. (2000). Las Termas Mayores de Astorga, in C. Fernández Ochoa e V. Garcia Entero (eds), *Termas romanas en el Occidente del Imperio, Coloquio Internacional*, Gijón 2000, Série Património 5, Gijón, pp. 199-205
- Silva, A. C. F. (1986). *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu arqueológico da Citânia de Sanfins.
- Silva, A. C. F. - (1995). A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o 1º milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 12, Porto, pp. 505-546.
- Silva, P. A. P. (1999), *As Termas Romanas de Bracara Augusta* (dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana apresentada à UM) (policopiada)
- Silva, J. R. C. (2000), *A Insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura Privada em Bracara Augusta* (dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana apresentada à UM) (policopiada)
- Tranoy, A. (1980). Religion et Societé à Bracara Augusta (Braga), au Haut Empire romain, in *I Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 3, SMS, Guimarães, pp. 67-83.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris.
- Tranoy, A. e P. Le Roux (1989-90). As necrópoles de Bracara Augusta. B. Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, Braga, pp. 183-226
- Vasconcelos, L (1913). *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa.
- Zabaleta Estévez, Maria del Mar (2000), Hallazgos Numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI, Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica, Porto, Adecap, pp. 395-399

